



A VIDA NÃO É SÓ TRABALHO

Como a escala 6x1 afeta a vida e a saúde de trabalhadores e trabalhadoras

QUEREMOS **OUVIR** VOCÊ

EM MARÇO, RADIS VAI LANÇAR UMA PESQUISA PARA SABER A SUA OPINIÃO.

Nós queremos fazer uma comunicação mais próxima de você e mais atenta às necessidades de nossos leitores e leitoras. Para isso, precisamos de sua ajuda para conhecer melhor a maneira como você enxerga *Radis* e interage com nossos conteúdos — na revista, no site e nas redes sociais.



TOPA COLABORAR COM A GENTE?

Fique atento(a) que na próxima edição (270) e ao longo do mês de março vamos divulgar o link da pesquisa no site, nas redes e aqui, na revista impressa. Contamos com sua participação! Até já!

RADIS

edição 269 ■ fev 2025

NOSSA CAPA: ARTE DE EDUARDO DE OLIVEIRA



- EDITORIAL
- 3** Há vida além do trabalho
- 4** VOZ DO LEITOR
- 5** SÚMULA
- SAÚDE GLOBAL
- 10** Trump contra o mundo
- 12** CAPA | SAÚDE DO TRABALHADOR
Pelo fim da escala 6x1
- 18** Sem tempo para a saúde

- CULTURA POPULAR
- 22** Capoeira é saúde
- ENTREVISTA | LILIA GUERRA
- 30** "O que posso trazer da enfermagem para a literatura é a escuta"
- 34** SERVIÇO
- PÓS-TUDO
- 35** Direitos da comunidade LGBTI+ na era Trump

Há vida além do trabalho

São duas as principais matérias desta edição. Uma fala do lugar do trabalho na vida e na saúde de trabalhadores e trabalhadoras. A outra, da síntese brasileira de raiz africana que reúne cultura, música, jogo, ginga... Rodas que constroem memória, identidade e resistência antirracista, elementos sem os quais não há saúde.

O trabalho traz dignidade à pessoa, é uma necessidade e um direito humano. Mas o exercício desse direito fundamental não pode subtrair outros direitos, como o de uma vida digna e saudável. Chegou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que propõe o fim da escala de seis dias de trabalho por apenas um de descanso.

Isso, para o trabalho formal, porque, enquanto a redução de jornada é uma tendência nos países mais industrializados, no Brasil, a perversa Reforma Trabalhista de 2017 seguiu o caminho oposto, desregulamentando e empurrando o trabalho para a precarização e a informalidade, situações ainda piores do que as que abordamos aqui.

A matéria de capa assinada por Luiz Felipe Stevanim, Adriano De Lavor e Izabelly Nunes mostra como a demanda pelo fim da escala 6x1 expressa um movimento crescente nas ruas e nas redes digitais. À frente de manifestações e empenhado em discutir a importância da redução das jornadas de trabalho, o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) representa os anseios de milhões de pessoas que passam a maior parte dos dias no trabalho e em trânsito.

O operador de logística Wesley Fabio, que integra a coordenação do VAT, argumenta que os empregadores se iludem ao considerar que o trabalhador alcança o máximo de produtividade nesse esquema. “É impossível falar de produtividade se o trabalhador não tem qualidade de vida e o direito ao descanso respeitado... O trabalhador está doente, cansado e estressado”. Lembra que as pessoas querem trabalhar com dignidade, que precisam se alimentar adequadamente, ter tempo para estudar e ter uma vida com seus filhos, com sua companheira ou companheiro.

A pesquisadora Monica Olivar, do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz), acrescenta que essa rotina gera aumento de acidentes de trabalho e doenças no aparelho circulatório e transtornos mentais relacionados ao trabalho, como fadiga, irritabilidade, estresse, depressão e burnout.

“Capoeira é saúde”, conclui o editor Luiz Felipe na reportagem sobre a prática que celebra a herança ancestral

africana e ajuda a promover saúde mental e consciência coletiva, como destaca o título da matéria. Com entrevistas e ida a campo em rodas de capoeira, a reportagem aborda de forma leve e abrangente a relação dessa prática cultural com saúde, educação, autocuidado, experiência coletiva, diversidade e visão de mundo.

“A pedagogia afrocentrada que é a roda de capoeira — onde há uma horizontalidade, pois dentro da roda todo mundo está olhando todo mundo, aprendendo com todo mundo —, precisa ser trazida para a educação brasileira”, reflete Valter Fernandes, o mestre Curumim. Ele coordena projetos em escolas públicas cariocas e conduz pesquisa de doutorado inédita que busca medir os efeitos da capoeira no cérebro humano e no desenvolvimento cognitivo infantil.

A arte da capoeira ganhou o mundo. “A capoeira é um caminho muito forte de expansão da educação antirracista, não só para o povo brasileiro”, destaca Maria Cristina Bahia de Almeida, a mestra Morena, que coordena projetos de capoeira em Guaratinguetá (SP), voltados à diversidade, com pessoas com deficiência e em unidades do SUS.

Nesta edição, registramos as primeiras ações do presidente estadunidense Donald Trump contra saúde, ciência, diversidade, imigrantes e acordos sobre o clima. Medidas anunciadas por donos de plataformas digitais, aliados de Trump, tornam explícita a tendência em favor de discursos de ódio e desinformação. Artigo na seção Pós-Tudo também analisa o impacto da administração Trump, em especial para a população LGBTI+.

Egressa da categoria mais numerosa entre os profissionais de saúde, a auxiliar de enfermagem e escritora Lilia Guerra fala, em entrevista à *Radis*, sobre direito à cidade, memória e literatura: “Sou mulher preta, periférica, uso transporte público e tudo isso diminui a minha expectativa de vida. Vai que eu morro e não falei de tudo que eu queria falar?”.

Em breve, você, leitor e leitora da *Radis*, poderá responder a uma pesquisa de opinião sobre as pautas, os textos e a apresentação gráfica da revista, comentar nossa linha editorial e avaliar nossos canais de interação.

O Programa *Radis* nasceu em 1982, defendendo democracia e uma concepção ampliada de saúde. Participou da construção do SUS e ainda está aqui, ao seu lado, buscando se renovar, ouvir e estar mais perto de quem luta pela saúde e os direitos da população brasileira. A sua participação nessa pesquisa será muito importante!

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo
E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

CARLILE LAVOR E OS 30 ANOS DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Tive a oportunidade e o enorme prazer de conhecer o Dr. Carlile Lavor, uma grande pessoa e um excelente defensor do SUS e dos ACS [agentes comunitários de saúde]!

Veronica Ribeiro, via Instagram

Nosso mestre e amigo. Exemplo de homem honrado, de espírito público elevado e referência para a saúde do Brasil.

Patrícia Aguiar, via Instagram

Grande Carlile Lavor, defensor do SUS! Pai dos agentes de saúde! Como sou grata por ter iniciado minha vida profissional ao lado desse grande homem!

Andrea Cialdini, via Instagram

Um jucaense do qual devemos nos orgulhar, um conterrâneo inteligentíssimo e importante na área de saúde no Brasil e em alguns lugares do mundo. Esse devemos aplaudir!

Netto Ferreira, via Instagram



Essa história era pra ser mais bem divulgada, principalmente para os enfermeiros que só entendem e cobram indicadores e quantidade, pra que valorizem a qualidade do nosso trabalho desde o início, independente de tecnologias e números cobrados. Nós acabamos com a mortalidade infantil por causas evitáveis e materna, levamos informações onde não havia ações governamentais, com a cara e a coragem, incentivamos a amamentação, que hoje está sendo desvalorizada, com fórmulas indicadas na maternidade. Enfim, avanços e ranços de um trabalho árduo.

Eva Fernandes, via Instagram

ESF: 30 ANOS

Mesmo com todas as barreiras que ainda existem, podemos ver claramente que saúde da família e comunidade é o coração do SUS. Viva!

Nathalia Souza, via Instagram

RADIANTES

Parabéns pelo ótimo trabalho que vocês vêm fazendo durante anos. Vocês são inabaláveis, autênticos, coerentes e principalmente profissionais sérios realizando um trabalho técnico sério.

Lúcia Venterim, Castelo (ES)

Radis é comunicação pela vida! *Radis* é tudo de bom!

Zizo Mamede, via Instagram

Viva a Ciência Brasileira e o SUS sempre. A *Radis* é uma inspiração constante para mim.

Ana Izabel Nascimento, via Instagram

Parabéns. Em todas as aulas utilizo alguma reportagem.

João Carlos Oliveira, via Instagram

R: Muito obrigado! Seguimos atuando na comunicação pública em defesa do SUS.

RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE

Sou Ana Augusta e atualmente estou no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, na Unila [Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. Gostaria de sugerir uma matéria sobre as residências em saúde. Entendo as residências em saúde como fundamentais para o fortalecimento do SUS e para transformação nos processos de trabalho. Gostaria muito de ver esse debate na *Radis*. Aproveito para agradecer e parabenizar o trabalho artesanal que fazem ao tecer um olhar crítico para nossa realidade. Já vai fazer dez anos que os acompanho e me admira muito como mantém religiosamente a qualidade das discussões mesmo nos períodos mais críticos. Um abraço a toda equipe!

Ana Augusta, via Instagram

R: Olá, Ana Augusta! Agradecemos muito a sua contribuição. Publicamos em dezembro (*Radis* 267) uma edição sobre os 30 anos da ESF, com uma matéria sobre a residência em medicina de família e comunidade. Mas será muito oportuno falar também das residências multiprofissionais. Iremos pautar a questão em 2025. Continue acompanhando a *Radis*. Grande abraço!

EXPEDIENTE

Radis © é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Glauber Tiburtino
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Jesuan Xavier e Lara Souza

Estágio Supervisionado
Izabelly Nunes

Arte
Eduardo de Oliveira, Felipe Plauska e Fernanda Andrade

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

DOCUMENTAÇÃO
Licia Oliveira (Projetos Memória Radis 40+ e Radis Aberto)

ASSINATURAS
Assinatura grátis (sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 113.800 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





PLATAFORMAS DIGITAIS A SERVIÇO DA DESINFORMAÇÃO

Não é de hoje que alertamos que as gigantes do ramo da tecnologia da informação e comunicação, as “Big Techs”, obtêm altos lucros financeiros e ganhos políticos com o engajamento gerado pela propagação de desinformação e discursos de ódio na internet (*Radis* 253). Esse fato, porém, ficou ainda mais evidente quando Mark Zuckerberg, proprietário e CEO da Meta — leia-se Facebook, Instagram, Threads e WhatsApp —, anunciou (7/1) medidas claramente alinhadas à agenda político-ideológica de Donald Trump, a exemplo do que já havia feito o proprietário da rede X e atual chefe do Departamento de Eficiência Governamental da Casa Branca, Elon Musk.

Em seu pronunciamento, Zuckerberg descredibilizou a checagem independente de fatos e encerrou o serviço de checagem dos fatos nas plataformas da Meta nos EUA. Em seu lugar, anunciou o sistema de “Notas da comunidade”, no qual delega aos usuários a função de desmentir informações falsas e boatos. A princípio a medida restringe-se ao território estadunidense, mas é dedutível que seja uma questão de tempo até a regra chegar ao Brasil — justamente o país que mais cai em fake news, conforme pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada em junho de 2024, pela qual infere-se que “57% da população não sabe identificar conteúdo satírico ou sensacionalista como informação falsa”.

O dono da Meta anunciou também mudanças nas políticas de suas plataformas, essas sim já com alcance global, como o fim do programa de diversidade, equidade e inclusão, sob o mote da liberdade de expressão. Ocorre que políticos e militantes da extrema direita classificam como liberdade individual o que muitas vezes incorre em crimes, o que agora tende a ser aceito pelas plataformas.

O empresário inclusive desafiou a soberania de nações sobre suas políticas de comunicação digital ao mencionar, sem apresentar provas, que países da América Latina estariam se valendo do que chamou de “cortes secretas” para, em suas palavras, perseguir as Big Techs e obrigá-las a censurar conteúdo. Um aceno para que a direita brasileira logo se aproveitasse da insinuação para rearticular ataques coordenados ao Supremo Tribunal Federal (STF).

João Brant, secretário de Políticas Digitais do governo federal, pesquisador e ativista no campo da comunicação digital, afirmou, em suas redes sociais (7/1), que a decisão da Meta reforça a relevância de ações que vêm sendo tomadas na União Europeia e em países como o Brasil e a Austrália para promover direitos no ambiente digital. “E amplia a centralidade dos esforços internacionais feitos no âmbito da ONU, Unesco, G20 e da OCDE para reforçar a agenda de promoção da integridade da informação”, acrescentou.

O cenário cada vez mais incerto no ambiente digital revela urgência na regulamentação das mídias sociais no Brasil. O Projeto de Lei 2630/2020, que objetiva instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e regulamentar a atuação de plataformas digitais, buscadores eletrônicos, disparadores de mensagens e indexadores, está parado na Câmara dos Deputados desde maio de 2023.

A postura adotada por Zuckerberg reverte em favor de seus negócios, mas representa uma ameaça à democracia, em um contexto delicado de ascensão do extremismo com as ações já implementadas por Trump no início do segundo mandato. As medidas afetam a saúde global e políticas de mitigação da emergência climática, com anúncios como a retirada dos EUA do Acordo de Paris e a saída da OMS.

■ LEIA MATÉRIA NA PÁGINA 10



A saúde em Brumadinho, seis anos depois

Após seis anos do rompimento da barragem da Mineradora Vale em Brumadinho (MG), estudo indica que os moradores da região ainda têm a saúde afetada pelo desastre. Pesquisadores da Fiocruz Minas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) acompanham, desde 2021, as condições de vida e saúde da população, além das demandas para os serviços de saúde.

De acordo com o estudo, crianças de 0 a 6 anos apresentaram resultados com um aumento da taxa de detecção de metais pesados na urina. Foi identificada a presença pelo menos um de cinco metais (cádmio, arsênio,

mercúrio, chumbo e manganês) em todas as amostras. O estudo também apontou que a parcela da população adulta que avaliou a saúde como ruim ou muito ruim se manteve elevada nas regiões atingidas pela lama ou na região com atividade de mineração.

A Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (Avabrum) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizaram ato (25/1) cobrando justiça e pedindo a criação de um protocolo de saúde para acompanhar a situação das populações afetadas, como noticiou a Agência Brasil (26/1).

Crianças com microcefalia sofrem mais hospitalizações

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), da Fiocruz Bahia, revela que crianças com a síndrome congênita do zika (SCZ) apresentaram taxas de hospitalização entre três e sete vezes maiores do que aquelas sem a síndrome. O estudo foi publicado no *International Journal of Infectious Disease* (9/1). Em 2025, a primeira geração de crianças afetadas com o surto de microcefalia (2015) começa a alcançar a faixa dos 10 anos de idade.

Além de irem muito mais ao hospital, as crianças com a síndrome ficaram internadas por períodos extensivamente mais longos em comparação às demais nos primeiros quatro anos de vida, como noticiou a Agência Fiocruz de Notícias (22/1). Outro dado importante da pesquisa aponta que enquanto as crianças sem SCZ diminuíram suas taxas de hospitalização de forma progressiva ao longo do tempo, crianças que têm a síndrome mantiveram altas taxas durante todo o período avaliado.

Melhora de renda retira brasileiros do Bolsa Família

Mais de 1,3 milhão de famílias deixaram o Bolsa Família em 2024 por terem melhorado a renda acima do limite de meio salário mínimo per capita. O número é o dobro do registrado em 2023, quando 590 famílias deixaram de receber o benefício por superar o limite de renda do programa. Os dados foram anunciados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), em 22/1, que aponta que a diminuição no número de famílias aptas ao programa é resultado do aumento de vagas de trabalho ocupadas por pessoas de baixa renda, como noticiou a CNN (22/1).

Entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, mais de 91% dos empregos formais criados no Brasil foram ocupados por pessoas inscritas no Bolsa Família e no Cadastro Único (CadÚnico), segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). De junho de 2023 a dezembro de 2024, 1,5 milhão de famílias deixaram a baixa renda e outras 972 mil pessoas do Cadastro Único (CadÚnico) alcançaram a classe média, com renda per capita superior a R\$ 3,4 mil.

Orientações multilíngues para chuvas intensas e enchentes

O Ministério da Saúde reforça a importância dos cuidados em situações de enchentes. Em uma iniciativa que também considera as populações migrantes, refugiadas e apátridas que vivem no país, a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), em parceria com a Agência da ONU para as Migrações (OIM), anunciou (7/1) o lançamento da cartilha de cuidados no contexto de chuvas e enchentes com tradução para os idiomas espanhol, inglês, francês, creole haitiano e mandarim.

Disponível em formato de folder e cartilha, o material informativo multilíngue aborda temas importantes desde cuidados com animais peçonhentos até a prevenção de doenças como leptospirose e tétano, garantindo que todos possam se proteger e cuidar de suas famílias, especialmente no verão no Hemisfério Sul, período marcado por intensas chuvas e alagamentos em muitas cidades. Saiba mais em: <https://bit.ly/cartilhaenchentesms>.



BRUNO PERES / AGÊNCIA BRASIL

EUA e a gripe aviária

A morte de um homem nos Estados Unidos por gripe aviária, anunciada em 6/1, pode significar um novo marco para a epidemia da doença. Trata-se do primeiro óbito ligado ao subtipo H5N1 do vírus, associado ao atual surto no país. Segundo o portal Outra Saúde (22/1), a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) ressaltou a importância de que o risco seja enfrentado para que se impeça a circulação do vírus entre aves, porcos, vacas e animais silvestres, por ser nessa fase que uma mutação do vírus pode ocorrer com potencial de criar uma pandemia.

A preocupação aumenta na medida em que os Estados Unidos demonstram fracasso na contenção do vírus. A matéria enfatizou também que dados disponibilizados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em um painel interativo sobre a situação do H5N1 nas Américas, revelam que dos 67 casos em humanos desde 1º de janeiro de 2024 em todo o continente americano, 66 foram nos EUA. Dos 1,3 mil surtos entre animais, cerca de 1,1 mil também ocorreram naquele país. Pesam ainda negativamente a posição do governo estadunidense frente às mudanças climáticas [Leia matéria na página 10] e a hegemonia de um modelo econômico predatório na pecuária no país.



MERRIMON / ISTOCK

Saúde do Homem para ACS

A 2ª edição do Guia de Saúde do Homem para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foi lançada pelo Ministério da Saúde, em 17/1. A publicação, que é uma revisão e atualização do material lançado em 2016, insere novas temáticas relacionadas à saúde dos homens e expressões de masculinidades. O guia aborda o acesso e a qualificação do acolhimento para essa população, além de orientar estratégias voltadas aos homens na atenção primária à saúde (APS) e contribuir para o fortalecimento da relação com os usuários, com foco no trabalho dos ACS. O lançamento faz alusão à celebração dos 15 anos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Pnaish), em 2024. Acesse em: <https://bit.ly/pnaish2024>.

Presidente da Conferência é nomeado

O Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em novembro de 2025, na cidade de Belém, no Pará. De acordo com a tradição, a presidência é exercida pelo país que sedia o evento. O governo federal anunciou, em 21/1, o embaixador André Corrêa do Lago como presidente da COP30. Atualmente ele ocupa o cargo de secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A diretora-executiva do evento será Ana Toni, secretária de Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática.

Ambientalistas e organizações da sociedade civil apontaram atraso na indicação, o que pode prejudicar a negociação com outros países. Contudo, a nomeação de Corrêa do Lago é bem-vista por sua atuação na agenda climática e por ser um dos diplomatas mais respeitados internacionalmente, como noticiou o Nexo Jornal (22/1).

O presidente da COP30 será responsável por mediar o diálogo entre países; definir a agenda da conferência, priorizando temas a serem discutidos; mobilizar a implementação do Acordo de Paris; dar espaço para atores não estatais, além de ser o rosto diplomático do evento e exercer influência mundial para impulsionar ações climáticas.

Pará lidera desmatamento na Amazônia

A pesar da redução de 7% no desmatamento em toda a Amazônia em 2024, a devastação na região ainda preocupa. Pelo nono ano consecutivo, o Pará, sede da COP30, aparece como o estado que mais desmatou, com 1.260 km² de floresta derrubada no período. De acordo com dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), divulgados em 24/1, sete dos dez municípios que mais degradaram estão localizados no Pará.

Movimento indígena reverte ameaça à educação

Índigenas de vários povos ocuparam por cerca de 30 dias a sede da Secretaria de Educação do Pará (Seduc) contra a Lei 10.820/2024, sancionada em dezembro de 2024. A mobilização deu resultado. No dia 12/2, a lei, que ameaçava, entre outros pontos, o ensino presencial em comunidades indígenas, foi revogada por unanimidade.

De acordo com apuração do Amazônia Vox (23/1), a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, aprovada na Assembleia Legislativa, previa a redução de 85% nos gastos para Educação Indígena no Pará — de R\$ 3,4 milhões, em 2024, para R\$ 500 mil em 2025.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, esteve na Seduc (27/1) para conversar com os líderes do movimento. Ela se comprometeu e articulou uma reunião com o governador do Pará, Helder Barbalho, proponente da lei.

Mesmo com a desocupação do prédio, o grupo indígena, composto por cerca de 14 etnias, promete seguir na luta por melhorias na educação.



JANDER ARAPIUN



AGÊNCIA BRASIL

MÁRIO RODRIGUES-POZZEBOV/AGÊNCIA BRASIL



Ainda estamos aqui: em busca de justiça e reparação

Com três indicações ao Oscar, *Ainda Estou Aqui*, do diretor Walter Salles, já é motivo de orgulho nacional. O filme conta a história de Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, na luta para descobrir a verdade sobre a morte do marido pelo regime militar no Brasil.

Além das indicações de Melhor Filme, Melhor Filme Internacional e Melhor Atriz (para Fernanda Torres) na maior premiação do mundo cinematográfico, o longa já garantiu diversas outras indicações e prêmios como o Globo de Ouro de Melhor Atriz de Drama. Contudo, a repercussão vai além. O filme tem contribuído para fomentar a discussão sobre justiça para as vítimas da ditadura militar.

Eunice conquista a certidão de óbito do ex-deputado Rubens Paiva, após anos em que o marido foi considerado desaparecido: a cena é retratada no filme e ganha uma adição. Uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a obrigar o Estado brasileiro a reconhecer e retificar os registros de mortos e desaparecidos na ditadura, como noticiou a Agência Brasil (24/1).

A procuradora do Ministério Público Federal (MPF), Eugênia Gonzaga, presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, afirmou ao ICL Notícias (27/1) que o sucesso do filme pode ajudar na batalha de décadas para identificar e contar a história de todas as vítimas. Atualmente, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) lista apenas 434 mortos e desaparecidos políticos em seu relatório, porém, a procuradora afirma que esse número pode superar 10 mil mortes. "O filme sensibilizou muitas autoridades. Já foi mais fácil, no fim do ano passado, conseguir o apoio de parlamentares para o trabalho da comissão", declarou.

Tailândia aprova casamento igualitário

Mais de duzentos casais homoafetivos oficializaram sua união matrimonial em Bangkok, capital tailandesa, no dia 23/1, data em que entrou em vigor a lei aprovada no país em 2024, que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo com direitos iguais aos de casais heteroafetivos. Segundo a CNN (23/1) a cerimônia coletiva foi celebrada em um salão no shopping center Siam Paragon, em comemoração ao marco histórico na Tailândia.

O projeto de lei que possibilita que pessoas do mesmo sexo registrem seus casamentos com plenos direitos legais, financeiros e médicos, incluindo direitos de adoção e herança, resulta de mais de uma década de esforços de ativistas e políticos, depois de projetos anteriores não terem sequer chegado ao parlamento.

Ainda que a Tailândia seja reconhecida por sua abertura em aceitar bem lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans — diferentemente do que ocorrem em outros países asiáticos, principalmente os de tradição islâmica —, apenas nos últimos anos a sociedade tailandesa veio amadurecendo a ideia de oficializar o casamento igualitário, segundo reportagem da BBC (22/1). Com a aprovação, a Tailândia torna-se o terceiro país da Ásia a oficializar o casamento homoafetivo, unindo-se à Taiwan (que aprovou a união igualitária em 2019) e ao Nepal (2023).



TRUMP CONTRA O MUNDO

Medidas do novo presidente dos Estados Unidos afetam diretamente a saúde, o meio ambiente, a diversidade e os direitos dos imigrantes

JESUAN XAVIER

O novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ainda no seu discurso de posse (20/1), deixou claro que fará uma gestão no mínimo controversa. No seu primeiro dia de mandato, assinou 46 decretos. Sua caneta pesou principalmente contra imigrantes, políticas ambientais, saúde pública, diversidade e opositores políticos.

O que é apenas bravata? O que é balão de ensaio? O que, de fato, será levado adiante? O mundo assiste ainda incrédulo a alguns de seus atos. Agentes do governo estão indo de porta em porta para prender imigrantes ilegais. Até 28 de janeiro, mais de 3.500 pessoas foram detidas — o número de deportados cresce a cada dia. Um grupo de 88 brasileiros esteve entre os

expulsos dos Estados Unidos. Chegaram ao Brasil acorrentados e algemados, uma medida que extrapola o direito estadunidense.

A expulsão de colombianos gerou o primeiro conflito diplomático — o governo de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, que inicialmente se recusou a receber seus compatriotas “despachados” em aviões militares, teve que recuar após ameaça de embargos econômicos. Trump sabe da força de seu país na economia mundial e joga pesado com isso.

O presidente dos Estados Unidos também anunciou a retirada do país da Organização Mundial da Saúde (OMS) e assinou a saída do Acordo de Paris. Essas decisões, caso não sejam revogadas, terão impactos globais nas áreas da saúde e do meio ambiente. Entenda as medidas ponto a ponto.

Muro na fronteira dos EUA com o México, no estado do Texas



SAÍDA DA OMS

Dentre as diversas medidas polêmicas tomadas pelo novo presidente dos Estados Unidos, a decisão de retirar o país da OMS foi uma das mais drásticas. Este ato deve ter consequências no agravamento da crise mundial de saúde, deixando vulneráveis programas de prevenção a doenças e pandemias.

Com a saída dos Estados Unidos, o maior financiador da OMS, o mundo terá dificuldades para enfrentar emergências sanitárias e prováveis novos surtos de vírus ainda desconhecidos. Apenas na última década, o país contribuiu com quase R\$ 5 bilhões para a organização.

Os americanos financiam 75% do programa da OMS para HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis e mais da metade das contribuições para combater a tuberculose.

“Com a saída dos EUA, esses financiamentos estão em risco”, avalia o infectologista Julio Croda, pesquisador da Fiocruz, em entrevista ao UOL (22/1).

Em nota oficial (21/1), a OMS lembrou que os próprios Estados Unidos poderão ser prejudicados por tal decisão e disse que espera uma reconsideração de Trump. “Por mais de sete décadas, a OMS e os Estados Unidos salvaram incontáveis vidas e protegeram norte-americanos e toda a população global de ameaças à saúde. Juntos, eliminamos a varíola e levamos a poliomielite à beira da erradicação”, declarou. “Esperamos que os Estados Unidos reconsiderem [a decisão] e possam se engajar em um diálogo construtivo para manter a parceria entre o país e a OMS, para o benefício da saúde e do bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo”, concluiu a nota.

CAÇADA A IMIGRANTES

Nesse início de mandato, Trump mirou firme contra os imigrantes. Assinou a declaração de emergência na fronteira com o México, autorizando o envio de tropas e a liberação de recursos para combater a entrada ilegal de pessoas. Mas o alvo não são apenas novos imigrantes.

Milhares de pessoas que vivem ilegalmente nos Estados Unidos estão sob a tensão de serem presas e deportadas para seus países de origem. Trump anunciou (29/1) até mesmo a intenção de transferir cerca de 30 mil estrangeiros em situação irregular para a base norte-americana de Guantánamo, em Cuba — onde existe uma prisão para terroristas. Lojas, restaurantes, áreas de plantação e de construção já sentem falta da mão de obra daqueles que simplesmente fugiram para não serem encontrados.

No dia 24 de janeiro, 88 brasileiros foram deportados e chegaram ao país algemados. A Polícia Federal divulgou nota sobre o episódio. “Os brasileiros que chegaram algemados foram recebidos e imediatamente liberados das algemas, na garantia da soberania brasileira em território nacional e dos protocolos de segurança em nosso país”.

Entre as medidas assinadas por Trump, estão o reforço da segurança na fronteira, a suspensão da entrada de refugiados e mudanças no direito à cidadania. Procuradores-gerais de 18 estados americanos entraram na Justiça contra o decreto que revoga o direito à cidadania por nascimento para filhos de imigrantes em situação irregular nos Estados Unidos. A medida, que também afeta filhos de mães com visto temporário, contradiz a 14ª Emenda da Constituição estadunidense, que garante o direito há mais de 150 anos.

“Estamos diante de um fato político de perseguição a estrangeiros nos Estados Unidos, principalmente latinos. É uma visão preconceituosa, racista, discriminatória e que atenta inclusive contra princípios até mesmo do direito norte-americano. Curioso é que os Estados Unidos são um país formado essencialmente por imigrantes, e eles agora querem perseguir exatamente os imigrantes que vão para lá e as pessoas que nascem [no país]”, declarou o cientista político Jorge Folena, em entrevista ao Brasil de Fato (22/1).

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em memorando divulgado pelo Escritório de Gestão de Pessoal (22/1), Trump ordenou o fechamento imediato de todos os programas de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) do governo federal. A medida afeta políticas voltadas a grupos que são historicamente sub-representados ou sofrem discriminação [Leia artigo no Pós-tudo sobre o assunto, na página 35].

Esses programas incluem ações de contratação e promoção, treinamento sobre “preconceito inconsciente” no local de trabalho, auditorias de equidade salarial, programas de mentoria e estágios, como detalhou a CNN (23/1). Geralmente são políticas voltadas para empresas visando combater discriminações históricas.

O grupo Advocates for Trans Equality publicou nota pública condenando as medidas. “Hoje é um dia difícil para a nossa comunidade. O novo governo atacou a vida de pessoas trans, a saúde e a dignidade [...] Nos próximos meses, dar apoio e suporte para cada uma [das pessoas trans] será mais importante do que nunca”.

RETIRADA DO ACORDO DE PARIS

Trump também retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris. O tratado, assinado por 196 países em 2015, tem como objetivo principal a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa para evitar o aumento da temperatura global acima dos 1,5°C. O novo presidente também revogou medidas ambientais de Biden que restringiam a exploração de petróleo em áreas costeiras dos EUA.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nem esperou o novo presidente dos Estados Unidos terminar seu discurso de posse para começar a criticá-lo. Em publicação no seu perfil oficial, ainda durante a fala de Trump, ela escreveu que as ideias apresentadas até então “são o avesso da política guiada pelas evidências trazidas pela ciência e do bom senso imposto pela realidade dos eventos climáticos extremos, inclusive, em seu próprio país. 🇺🇸

DOM

SEG

TER

QUA

QUI

SEX

Trabalho

Trabalho

Trabalho

Saúde

2

3

4

5

Trabalho

Trabalho

Trabalho

PELO FIM DA ESCALA 6X1

Movimento que ganhou as redes e as ruas denuncia os impactos de jornadas de trabalho exaustivas na saúde e na qualidade de vida

LUIZ FELIPE STEVANIM

O relógio de ponto registra o quanto da vida escapa para o trabalho: seis dias na labuta, 44 horas por semana, e apenas um dia para o descanso, o lazer, os cuidados com a saúde, o convívio com a família e a resolução dos problemas cotidianos. Se contar as horas de deslocamento, de ida e volta ao local do emprego, os minutos perdidos no engarrafamento, sobra ainda menos tempo. Por vezes, a folga cai no meio da semana — quando é assim, pais e filhos mal se encontram, pessoas sobrevivem ao dia a dia sem tempo para si mesmas.

O que resta da vida além do trabalho? Essa foi uma questão que mobilizou as redes sociais, no fim de 2024, com a pressão para que parlamentares assinassem a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria da

deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que propõe acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada de trabalho semanal, regulamentada pela Constituição de 1988. Também gerou mobilização nas ruas, com manifestações em diferentes cidades brasileiras, convocados pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT), que resgata uma luta histórica da classe trabalhadora pela redução da jornada.

Radis aborda os impactos da escala 6x1 na saúde, analisa as mudanças no mundo do trabalho, como o crescimento da informalidade e da precarização, e reflete sobre o que esperar do futuro dessa discussão, no ano em que o Brasil se prepara para promover a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Também ouviu pessoas que vivem ou já viveram esse esquema de emprego, que contam como a 6x1 afeta (ou afetava) suas vidas.



COMO A ESCALA 6X1 ENTROU EM DEBATE?

No 15 de novembro, feriado da Proclamação da República, uma trabalhadora anônima segura um cartaz na multidão: “Quero ver meus filhos crescerem”. A frase é um pedido de socorro de quem trabalha seis dias na semana e tem apenas um para o convívio com a família, o estudo ou o descanso. Em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na Cinelândia, ela se junta a outros trabalhadores e trabalhadoras que pedem o fim da escala 6x1, em ato convocado em pelo menos seis capitais brasileiras pelo movimento VAT.

A República foi proclamada há 135 anos, cerca de um ano após a abolição da escravidão, que ocorreu em 1888. Mas o que há em comum entre esses homens e mulheres que cumprem a escala 6x1 e os escravizados que foram libertos no fim do século 19? Para Monica Olivar, assistente social e pesquisadora do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), há muita coisa.

“Se traçarmos o perfil de grande parte dessa classe trabalhadora, a maioria jovens, são homens e mulheres negros e negras, que muitas vezes têm uma história familiar em que o pai e a mãe também estavam inseridos nesses processos de trabalho considerados de ‘ganho’”, descreve. São pessoas que literalmente vivem para trabalhar, em funções de baixa remuneração e sem perspectiva de futuro. “Essa é uma herança do Estado escravocrata”, completa.

Caixas de supermercado, balconistas de farmácia, atendentes de telemarketing, operadores de logística, vendedoras de loja, camareiras, recepcionistas e garçons são algumas das profissões que cumprem a escala 6x1, em uma jornada de 44 horas semanais, como prevê a Constituição. Ainda que regularizado, esse esquema de trabalho pode trazer impactos para a saúde, afetar a qualidade de vida e o bem-estar familiar e aumentar os acidentes laborais. “O corpo vai sentir em algum momento”, destaca Monica.

Conheça a história de três trabalhadores(as) ouvidos por *Radis*, que vivem ou já viveram sob a escala 6x1 e entenda como isso afetava a rotina, a saúde física e mental e a relação

com a família [Leia na página 18]. Sem direito ao lazer e a buscar novas oportunidades de estudo, Ana, Aline e Daniel* (nome fictício) não encontram ânimo para nada no único dia da semana em que não trabalham.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a duração da jornada de trabalho não deve ser superior a oito horas diárias e 44 semanais. Contudo, trabalhadores e trabalhadoras passaram a pedir o fim da escala 6x1, em uma mobilização que ganhou as redes e as ruas, no fim de 2024, impulsionada pelo movimento VAT, fundado no Rio de Janeiro pelo recém-eleito vereador Rick Azevedo (PSOL), ele mesmo um ex-trabalhador nessa escala.

O tema alcançou repercussão nacional por conta de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), ainda sem número, elaborada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). O texto pretende alterar o inciso XIII do artigo 7º da Constituição, ao fixar o limite de carga horária em 36 horas semanais, com jornada de quatro dias na semana. Ou seja, ao invés de seis dias de trabalho e um de folga, ficaria valendo a escala de 4x3.

A mobilização para reunir as 171 assinaturas de parlamentares necessárias para a PEC ser apresentada à Câmara ganhou ampla repercussão na internet, em novembro de 2024, com a pressão popular para que deputados e senadores de diferentes partidos assinassem a proposta. Como o número já foi alcançado, Erika declarou que irá protocolar a PEC na volta do recesso parlamentar, em fevereiro (CNN, 13/1). É apenas o início de um longo trâmite parlamentar, em que deve ser discutido não apenas o fim da 6x1, mas os modelos que serão adotados no lugar, se a escala 4x3 ou a 5x2.

“A gente não tem dúvida de que o fim da escala 6x1 vai acontecer no Brasil, mas não vai ser uma luta fácil”, declara um dos coordenadores do VAT, Wesley Fabio Silva. Ele ressalta que o movimento, que surgiu em 2023 para organizar trabalhadores e trabalhadoras em torno da luta pela redução de jornada, vai convocar mobilizações a fim de pressionar os parlamentares a aprovarem o projeto. “Estamos colocando tudo em cheque, porque queremos o fim da 6x1 urgentemente”.



COMO A ESCALA 6X1 AFETA A SAÚDE?

O corpo fala. O trabalho exaustivo, em pé numa loja de shopping, ou sentada no caixa de um supermercado, até oito horas por dia, seis dias na semana, é sentido no corpo, na mente e na alma. “Essa jornada tem relação direta com sofrimento psíquico e com adoecimento físico”, afirma Monica, que também é especialista nos temas da precarização do trabalho e da saúde do trabalhador, com doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Segundo a pesquisadora, o corpo sente, em primeiro lugar, por meio de dores físicas. “A grande parte desses trabalhadores são balconistas de farmácia e de lojas, que ficam a maior parte do tempo em pé”, aponta. Com o passar do tempo, surgem as lesões por esforço repetitivo (LER-Dort), comuns em funções como operadores de telemarketing, ou doenças do aparelho circulatório e transtornos mentais relacionados ao trabalho, como fadiga, irritabilidade, estresse, depressão e burnout.

“Isso tudo é resultado dessa jornada de trabalho extenuante em que o trabalhador só tem direito a um dia para descansar e cuidar da saúde”, resume. Em um esquema 6x1, não sobra tempo para a família, o autocuidado, o lazer e a educação. “O conceito ampliado de saúde, que historicamente foi a luta do movimento da Reforma Sanitária, é ter direito ao lazer, à habitação, à educação, ao trabalho, mas não qualquer trabalho, e sim um trabalho com condições dignas”, reflete.

O adoecimento mental também é frequentemente associado a jornadas exaustivas. Somente em 2022, mais de 209 mil pessoas foram afastadas de suas atividades por transtornos mentais no país, de acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). E mais: entre 2007 e 2022, foram 17.681 notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). “O trabalhador está esgotado”, constata Monica, ressaltando que transtornos como ansiedade e burnout foram incluídos na

nova lista de doenças relacionadas ao trabalho publicada pelo Ministério da Saúde, em 2023.

Outro impacto das jornadas exaustivas na saúde é a maior chance de acidentes de trabalho. Segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (SmartLab), disponibilizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), o Brasil registrou 612,9 mil acidentes relacionados à jornada profissional em 2022. “Isso já dá uma pista para entender a situação da classe trabalhadora hoje no Brasil”, diz Monica.

Não é possível precisar quantos desses acidentes estão diretamente relacionados à escala 6x1, porém a pesquisadora do Cesteh/Ensp observa a correlação com jornadas extenuantes. “Quanto mais horas trabalhadas, mais chances de ocorrer acidentes de trabalho, devido ao grau de atenção, esforço e fadiga”, avalia. “Grande parte das pessoas que estudam os acidentes de trabalho dão ênfase à questão dos equipamentos de proteção individual (EPI), mas esquecem que a maioria dos acidentes advém da fadiga, do sono, do cansaço e dessa jornada exaustiva”.

Além de adoecer o corpo e a mente, a escala 6x1 reproduz desigualdades de gênero, raça e classe social, na visão de Monica. “São trabalhadores negros e negras que vêm de uma herança escravocrata do Brasil, um país que tem uma industrialização tardia e jogou grande parte dessa população em trabalhos precários. Trabalha-se para sobreviver”, analisa. Sem tempo para estudar ou buscar novas oportunidades, essas pessoas não encontram outro futuro.

“Na maioria das vezes, esse trabalhador não vai ter tempo para se qualificar e vai ficar nesse sistema capitalista perverso. Não vai sair dessa roda”, constata. Por isso ela destaca o papel do VAT em chamar a atenção para uma rotina laboral que “aprisiona” a vida. “Esses trabalhadores estão nesse ciclo vicioso do mundo do trabalho, que é trabalhar e trabalhar para gerar lucro ao sistema capitalista”.

EXISTE VIDA ALÉM DO TRABALHO?

De loja em loja, na saída do metrô ou no ponto de ônibus, os integrantes do movimento Vida Além do Trabalho (VAT) conversam com outros trabalhadores e trabalhadoras sobre a luta pelo fim da escala 6x1. Foi assim que o operador de logística Wesley Fabio, de 28 anos, morador de Costa Barros, na Zona Norte do Rio de Janeiro, despertou para a mobilização política. Hoje ele faz parte da coordenação nacional do VAT.

Ao compartilharem histórias em comum de jornadas abusivas, esses trabalhadores descobrem que é preciso mudar essa realidade. “Temos muitos relatos de pessoas que não conseguem ter uma vida com seus filhos, com seu companheiro ou sua companheira. É impossível: a pessoa trabalha o dia todo; chega em casa, dorme e acorda no dia seguinte para trabalhar de novo. Isso durante seis dias”, afirma Wesley.

Segundo ele, a pauta principal do VAT é o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho. “O trabalhador quer também [ter mais] dias em casa, não apenas reduzir a jornada diária”, ressalta. Além da sobrecarga, perde-se muito tempo na ida e na volta ao trabalho, pelas más condições do transporte público nas grandes cidades. “Essas são as pautas do VAT: a saúde psicológica e física do trabalhador, o direito das mães e dos pais de estarem com seus filhos, acompanharem o seu crescimento e poderem educá-los”.

Wesley destaca que reivindicar o fim da 6x1 não se confunde com “não querer trabalhar” — ao contrário, “é trabalhar com dignidade, com respeito à sua saúde, ter equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, poder se alimentar direito”, explica. “Até para trabalhar, é preciso ter saúde e estar bem consigo mesmo”, comenta.

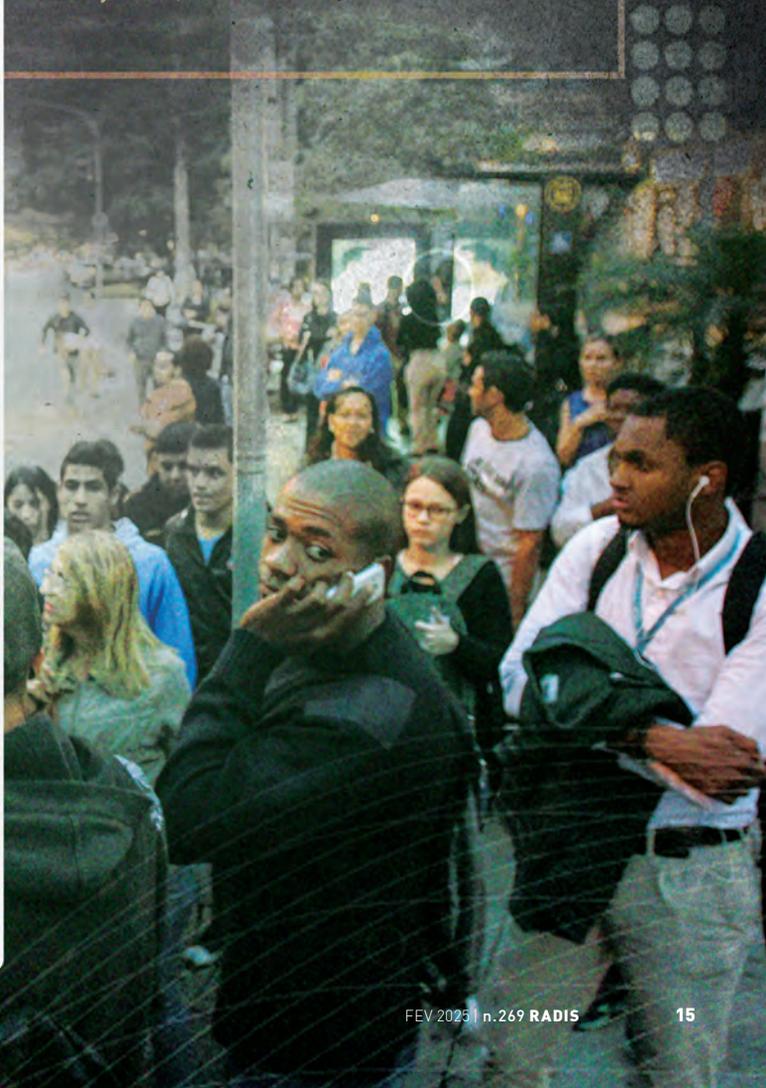
Para ele, a escala 6x1 é adoecedora. “As pessoas não conseguem se alimentar direito, não conseguem fazer exercícios e ter uma vida de qualidade. Acabam adquirindo diabetes e hipertensão”, relata. “Como vamos falar de trabalho com qualidade, com produtividade, se o trabalhador está doente?”, questiona.

Wesley rebate as críticas de que a economia vai quebrar se houver uma mudança nessas relações de trabalho, pois não há benefícios em um regime laboral que prejudica a saúde e a qualidade de vida das pessoas. “Eles acham mesmo que o trabalhador está entregando o máximo dele na escala 6x1? O trabalhador está doente, cansado e estressado”, critica.

“O movimento VAT reafirma: é impossível falar de produtividade se o trabalhador não tem uma vida além do trabalho, se não tem qualidade de vida e o seu direito ao descanso respeitado”, pondera. “Queremos tempo para poder estudar, para se alimentar, cuidar da saúde e estar com a família”.

“Temos muitos relatos de pessoas que não conseguem ter uma vida com seus filhos, com seu companheiro ou sua companheira. É impossível: a pessoa trabalha o dia todo; chega em casa, dorme e acorda no dia seguinte para trabalhar de novo. Isso durante seis dias”

Wesley Fabio, movimento VAT



“

Essa jornada
tem relação direta
com sofrimento psíquico
e com adoecimento físico

Monica Olivar, Cesteh/Ensp/Fiocruz

”

QUAIS OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO?

“A luta pela redução da jornada de trabalho não começou agora”, lembra Monica Olivar. As primeiras greves e manifestações foram contemporâneas da Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, quando não havia uma jornada fixa e o tempo diário de trabalho excedia as 14 ou 16 horas. “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou uma normatização mundial, colocando o limite de oito horas diárias, em 1919”, explica a pesquisadora.

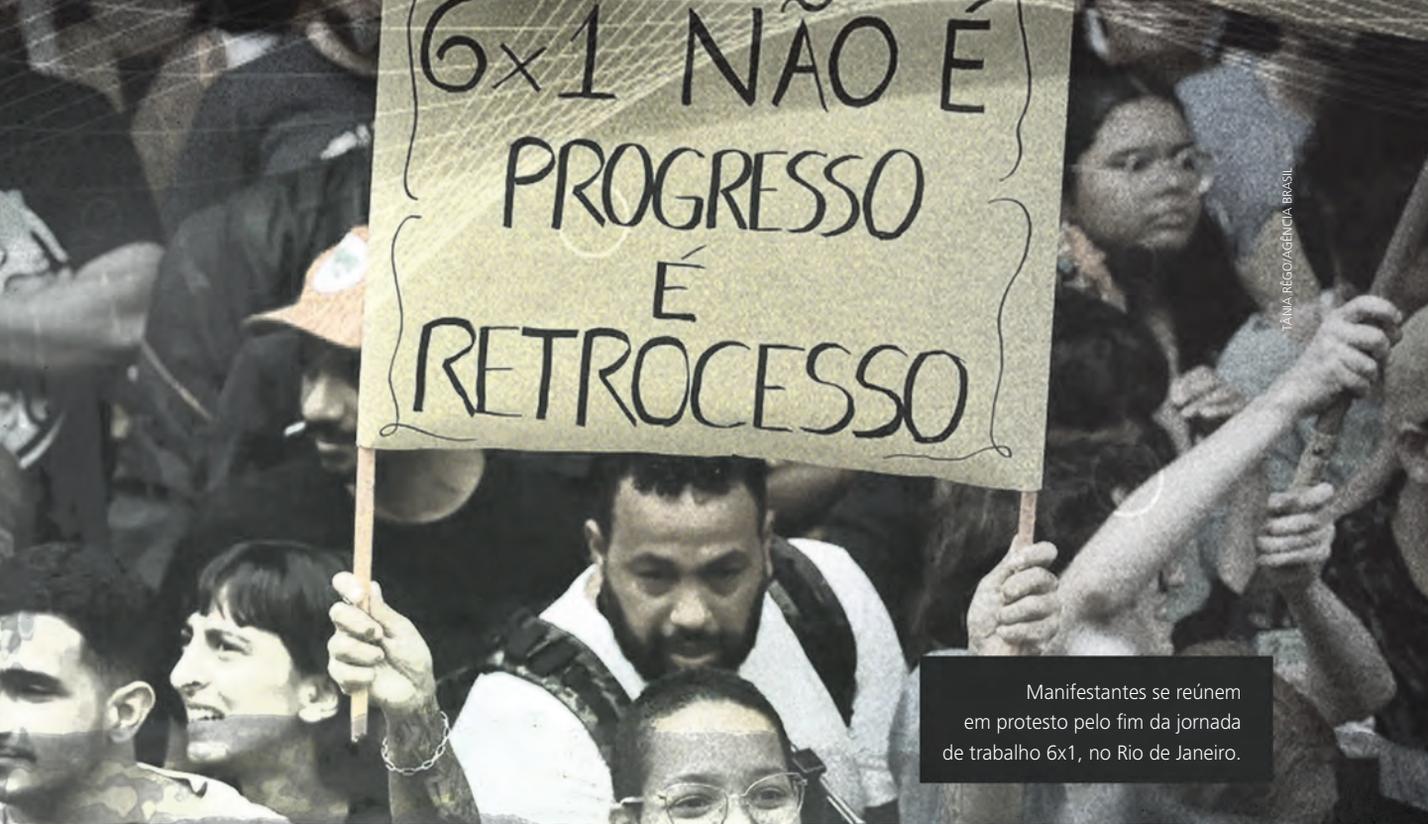
No Brasil, a jornada de 48 horas semanais foi estabelecida na Constituição de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas. Na Constituinte de 1988, houve o debate para reduzir de 48 para 40 horas, mas com um acordo chegou-se a um meio termo, o limite atual de 44. “Isso significa que a classe trabalhadora está há 36 anos nessa jornada de trabalho extenuante, em que se tem somente um dia para o autocuidado, a saúde, a educação e o lazer”, analisa Monica. “Na verdade, tem esse dia em que se está preparando para os seis dias de trabalho”.

As mudanças no mundo do trabalho, que exigem uma legislação atualizada, não trouxeram uma jornada menos exaustiva para os trabalhadores no Brasil, na contramão de países europeus, que experimentam a jornada 4x3 — a chamada semana de quatro dias. “O mundo vem passando por transformações nos processos produtivos, mas a legislação não evoluiu, ao contrário regrediu com a Reforma Trabalhista [em 2017], que flexibilizou ainda mais a jornada”, constata a pesquisadora da Fiocruz.

“A gente vem passando por transformações no mundo do trabalho, não somente no Brasil, com a indústria 4.0, o trabalho mediado por tecnologia e a uberização”, analisa. Essa realidade amplia o número de pessoas que sequer estão cobertas pela legislação que prevê a escala 6x1 ou por qualquer direito trabalhista. “É o caso dos entregadores por aplicativo que acabam pegando uma jornada 7x0. Nem sonham com uma escala como essa [6x1]. Aliás, sonham, mas para sobreviver entram nesses trabalhos precários”, pontua.

“Segundo a Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] de 2022, temos hoje no Brasil 39% da classe trabalhadora na informalidade”, ressalta Monica. “São pessoas que não têm nenhum direito trabalhista e previdenciário. Estão aí nessa jornada 7x0 e não têm direito a afastamento pelo INSS. A maioria não entra na estatística, em termos epidemiológicos, de acidentes de trabalho”, acrescenta.

Em compensação, em outros países, como Portugal, Inglaterra e Alemanha, a jornada 4x3 tem sido testada pelas empresas — e a Bélgica foi o primeiro país a transformar a semana de quatro dias em lei. “Apesar de ser uma luta histórica, o movimento é recente se comparado a outros países”, considera Monica, ressaltando o protagonismo do VAT no Brasil, como uma mobilização política da juventude, para levantar esse debate.



JÁNIKA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Manifestantes se reúnem em protesto pelo fim da jornada de trabalho 6x1, no Rio de Janeiro.

O QUE ESPERAR DO FUTURO?

O argumento adotado pelos que se opõem ao fim da escala 6x1 é o de que a economia brasileira vai quebrar se essa jornada for alterada. Será mesmo verdade? Para a pesquisadora do Cesteh/Ensp, da Fiocruz, essa afirmação é uma falácia. “De certa forma, vai ter economia sim, na medida em que vai diminuir o absenteísmo e o afastamento desses trabalhadores”, constata Monica.

Segundo ela, esse argumento contrapõe mais uma vez saúde e economia e retrocede ao auge da pandemia de covid-19, quando se dizia que setores como farmácias e supermercados iriam fechar, por causa da necessidade de distanciamento social, mas na verdade tiveram lucro no período. Uma das consequências do fim da 6x1, na sua visão, será a diminuição dos custos com saúde do trabalhador. “Reduzir a jornada de trabalho vai diminuir o número de afastamentos e as estatísticas de acidentes de trabalho”, analisa.

Para Wesley Fabio, do VAT, o fim da 6x1 é o primeiro passo de um movimento para garantir que as pessoas tenham uma vida além do trabalho. “O trabalhador doente, cansado, continua trabalhando. Mas quando se levanta para pedir dignidade ele vai ser visto como preguiçoso? Vai ser visto como quem quer quebrar o Brasil?”, questiona.

Em julho de 2024, Wesley foi demitido da empresa de moda em que trabalhava, há três anos. Ele conta que fazia a escala de uma da tarde às dez da noite, seis vezes por semana, e folgava apenas um dia. Aos sábados, quando não havia o que fazer, os funcionários propunham um esquema de rodízio à chefia — o que nunca foi aceito. Com a militância no VAT, veio a demissão. “Não me arrependo”, afirma.

No encontro com as pessoas, nas ruas, ele descobriu um novo sentido para sua vida. “Seguimos firmes porque

acreditamos. Estamos colocando a vida dos trabalhadores à frente, porque todos serão beneficiados”, diz. A eleição do fundador do VAT, Rick Azevedo, como o vereador mais votado do PSOL na cidade do Rio de Janeiro, com quase 30 mil votos, e a repercussão que a mobilização pelo fim da 6x1 ganhou na internet em 2024 são sinais, para Wesley, de que o movimento tem muito a avançar.

“Isso se reflete na recepção que o movimento tem nas ruas. Muitos trabalhadores com olhar de desespero, sabendo que é a única esperança que eles têm. Perguntam: ‘Quando isso vai acontecer? A gente está cansado’”, conta. Os próximos passos incluem a mobilização nas ruas e na internet para a mudança na legislação trabalhista. A petição pública do VAT à Câmara dos Deputados, que pede “a revisão da escala de trabalho 6x1 e a implementação de alternativas que promovam uma jornada mais equilibrada”, já obteve quase 3 milhões de assinaturas.

“As redes sociais deram uma força gigante para o movimento ser o que é hoje”, constata. Porém, isso não significa que eles pretendem sair das ruas. Além das manifestações, o movimento também aposta na conversa olho no olho, com trabalhadores e trabalhadoras. “A gente vai de loja em loja, conversando com atendente, recepcionista, vendedores, segurança, com o porteiro do prédio”, pontua.

Para Monica, a discussão é urgente e deve se intensificar em 2025 — “ano em que acontece a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e certamente esse debate vai estar inserido”, avalia. A etapa nacional será entre 18 e 21 de agosto e já estão ocorrendo as conferências locais. “Essa discussão vai surgir, até porque o tema deste ano é a saúde do trabalhador e da trabalhadora como direito humano”, conclui.



SEM TEMPO PARA A SAÚDE

Três trabalhadores narram os impactos da escala 6x1 em sua qualidade de vida

ADRIANO DE LAVOR E IZABELLY NUNES*

Qual o impacto da escala 6x1 na sua saúde? A partir desta pergunta, *Radis* relata como é a rotina de três trabalhadores(as) da região metropolitana do Rio de Janeiro que conhecem bem a realidade de ter que sobreviver com apenas um dia de folga na semana. Para Ana Cristina, vendedora de shopping em Niterói (RJ), nem sempre o dia livre é domingo; o tempo que seria de descanso, porém, ela dedica às filhas. Já Daniel (nome fictício), faz-tudo em uma padaria em São Gonçalo (RJ), tem folga sempre às quartas-feiras. Mas ele fica tão cansado que não tem ânimo para nada, a não ser dormir.

Para Aline de Souza, podologista, também de São Gonçalo, os dias de intervalo servem para descansar, resolver

questões pessoais e cuidar da saúde. Ela se libertou da exaustiva jornada de seis dias de trabalho por semana e revela que hoje, sim, tem vida. Conhecer um pouco mais a vida de cada uma dessas pessoas ajuda a entender os impactos que uma longa jornada de trabalho traz para suas vidas e como interfere na saúde física e mental.

A vendedora Ana Cristina Abreu é uma das inúmeras brasileiras a enfrentar os desafios de trabalhar sob a escala 6x1. Casada e mãe de duas filhas — uma de 20 anos e outra de 10 — ela atua em um shopping em Niterói (RJ), cidade vizinha a São Gonçalo, onde mora. Vive uma rotina intensa, em que divide seu tempo entre as demandas profissionais e familiares e os cuidados pessoais.

■ ESTÁGIO SUPERVISIONADO

“

QUEM TRABALHA MENOS, GANHA MENOS

Ana Cristina Abreu,
vendedora de shopping”

De segunda a sábado, seu dia começa cedo. Para driblar os possíveis engarrafamentos, Ana precisa sair de casa às 8h da manhã, para estar às 10h, em Niterói. O trajeto é feito de ônibus. Ao chegar no serviço, antes de começar o expediente, ela se arruma e faz questão de estar bem para iniciar as vendas.

A partir daí, são seis horas de trabalho — a maior parte do tempo, em pé — com um intervalo de apenas 15 minutos para o almoço. Apesar de receber vale-refeição, o benefício só é pago nos finais de semana trabalhados, obrigando-a a financiar do próprio bolso a alimentação nos outros dias ou levar sua própria comida. Nem todo domingo ela descansa, já que sua folga é alternada, assim como nos feriados. Se ela trabalha no domingo, recebe uma folga durante a semana, mas quem define o dia é a gerente da loja.

Ana divide o ambiente de trabalho com outras cinco pessoas e, embora mantenha uma relação tranquila, a competitividade é constante, já que as vendas são comissionadas. A necessidade de respeitar a vez de cada colega, aliada à pressão por resultados, acaba gerando desentendimentos. Apesar disso, ela diz que gosta de trabalhar com vendas.

Mudanças recentes no sistema de trabalho, como a possibilidade de dobrar o horário, trouxeram novos desafios para Ana. Diferente de alguns colegas que conseguem estender o turno (das 10h da manhã às 10h da noite) com frequência, ela enfrenta limitações, já que tem uma filha criança. Essa menor disponibilidade tem impacto direto em suas vendas e, conseqüentemente, em seu salário.

Ana relata que, ao aceitar o emprego com uma carga horária definida, não imaginava que se sentiria na obrigação de trabalhar o dobro para obter resultados justos. “Quem trabalha menos, ganha menos. Sempre vai ter alguém que vai ficar prejudicada; nesse caso, sou eu”, desabafa. Embora o trabalho dobrado não seja obrigatório, vendedores que não atingem as metas correm o risco de perder o emprego, revela.

Manifestação no dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro, pelo fim da escala 6x1.



FILIPPE RIBEIRO/AGÊNCIA BRASIL

O IMPACTO NA SAÚDE

A rotina intensa também cobra um preço na saúde. Certa vez, Ana torceu o pé, mas optou por permanecer no trabalho para não perder um dia de vendas, mesmo com a recomendação da gerente para se retirar. “Quem trabalha com venda nessa carga horária acaba sacrificando alguma coisa; automaticamente, acaba sendo a saúde”, afirma.

Ela lamenta que a carga horária dificulte a marcação de consultas médicas e reconhece que a rotina cansativa tem impacto direto em sua saúde mental. “Fisicamente eu me considero saudável, mas psicologicamente eu já não posso te garantir”, relata à reportagem. A pressão constante por metas afeta sua qualidade de vida, causando um estresse contínuo e a sensação de que precisa compensar rapidamente qualquer falha.

Nos dias de folga, Ana tenta ficar com a família e cuidar da casa, mas sente que a falta de tempo livre dificulta que todas as suas responsabilidades pessoais sejam cumpridas. Ela avalia que, com mais um dia de folga, conseguiria dividir melhor seus afazeres, priorizar a saúde e até mesmo ter momentos de lazer sem o peso da escolha entre descansar e se divertir. Apesar dos sacrifícios, vê a situação como temporária e busca uma oportunidade de trabalho com horários mais flexíveis. Para ela, a prioridade é encontrar um equilíbrio entre vida pessoal e profissional que preserve sua saúde física e emocional.

“

SÓ FALTA ME AMARRAREM NO TRONCO

Daniel*, funcionário de uma padaria

”

Ele foi contratado para atuar na cozinha de uma padaria, mas hoje é requisitado para atender clientes no balcão, preparar sanduíches na chapa, fatar frios, fazer a limpeza do local e ainda organizar estoque. A rotina exaustiva de Daniel (que prefere não se identificar, com medo de represálias do empregador) é resumida em uma frase: “Só falta me amarrarem no tronco!”

Aos 25 anos, o morador de São Gonçalo (RJ) vive sob a escada 6x1 há três anos. Após um período de desemprego e diante de dificuldades familiares, ele aceitou a oferta de trabalho na padaria, sem imaginar a quantidade de tarefas que lhe seriam designadas — e sem prever que mal teria tempo para viver a vida. “Na época, minha mãe estava desempregada e minha avó doente, então o que viesse eu estava aceitando; assim surgiu esse emprego na padaria”, explica.

Daniel trabalha de segunda a segunda, com folga apenas às quartas-feiras. Sua jornada, durante a semana, começa às 2h da tarde e vai até 10h da noite. Nos fins de semana, a rotina inicia-se às 9h da manhã e se estende novamente até a noite. Isso quando o patrão não pede para entrar mais cedo, como aconteceu no dia em que conversava com Radis. Todos os dias, ele conta, tem apenas 30 minutos de intervalo.

O impacto desse ritmo é notório: em seu único dia livre, renuncia a saídas ou a qualquer lazer para descansar. Quando tem tempo, prefere receber os amigos em casa. “Fico tão cansado que não quero fazer nada, só dormir!”, desabafa.

Além da sobrecarga física, Daniel relata um ambiente de trabalho repleto de queixas de colegas que, assim como ele, sentem-se negligenciados. Jornada excessiva, falta de folga aos domingos e intervalos curtos são os principais motivos de insatisfação, levando até mesmo a discussões sobre uma possível paralisação coletiva. “Uma vez até cogitamos que todos faltássemos juntos, porque estávamos muito cansados! É muito excesso de trabalho e o patrão não escuta o nosso lado”, relata.

Em três anos de trabalho, ele já presenciou colegas desenvolvendo problemas no punho devido ao movimento

repetitivo de fatar frios e viu um deles sofrer uma queda de escada durante o expediente [Leia texto na página 12 que fala sobre a relação entre jornadas exaustivas e acidentes de trabalho]. Entre outras queixas frequentes, destacam-se problemas relacionados à saúde dos funcionários, agravados pela intensa rotina. Quando precisa ir a consultas médicas ou cumprir compromissos de saúde, Daniel justifica com antecedência e negocia trocas de horário, o que adiciona ainda mais desgaste à sua rotina.

CORPO CANSADO

Os impactos da rotina no corpo são graves. Mesmo jovem e com boa saúde, Daniel sofre com dores na coluna, resultado do esforço repetitivo e do peso das caixas e bandejas que carrega todos os dias. Em episódios mais intensos, chegou a chorar de dor ao deitar-se para dormir; frequentemente, recorre a emplastros analgésicos para aliviar a dor e o desconforto. Ele aguarda resultados médicos para confirmar uma possível hérnia de disco. “Já me aconteceu de chegar em casa e chorar de dor a madrugada inteira”, conta.

Apesar do desgaste, Daniel mantém planos de mudança. Ele busca outra oportunidade profissional, investe no retorno aos estudos se preparando para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e sonha em ingressar no ensino superior. “Trabalhar em comércio já não é para mim”, afirma. Caso tivesse mais folgas, gostaria de passar mais tempo com a mãe, visitar familiares distantes que já não vê há anos e adotar uma rotina mais saudável, com exercícios e lazer.

O jovem, que antes da padaria trabalhava com a tia em um salão de beleza, ainda guarda o material do antigo trabalho e conta que tem clientes interessados em seus serviços. No entanto, a falta de tempo o impede de atendê-los, o que ajudaria, inclusive, a aumentar sua renda. Enquanto as mudanças não acontecem, ele aguarda um futuro em que possa equilibrar trabalho, saúde e qualidade de vida.

44

HOJE EU TENHO VIDA

Aline de Souza Lima, **77**
podologista

Na antiga rotina da podologista Aline de Souza Lima, tempo era palavra valiosa e algo que ela não podia desperdiçar. Empregada em uma clínica de podologia na Zona Sul do Rio de Janeiro na escala de trabalho 6x1, ela vivia praticamente para o trabalho. Além das 44 horas semanais — com intervalo nem sempre cumprido de uma hora para o almoço a cada jornada —, um único dia livre era pouco para descansar e resolver tudo relacionado à vida pessoal.

“Eu não tinha vida”, lembra a profissional, enquanto atende em domicílio um cliente, em janeiro de 2025. Hoje, ela é senhora de sua própria agenda, com mais tempo para si. Chegar até este ponto, no entanto, não foi fácil. Nos primeiros dez anos de carreira, além de trabalhar seis dias na semana, Aline tinha que contabilizar o tempo que levava para se deslocar entre a casa e o trabalho. Moradora de São Gonçalo, cidade da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio, todos os dias ela enfrentava de 3 a 4 horas em ônibus, barca e metrô para chegar à clínica, na Zona Sul da capital.

Uma rotina exaustiva, que aos poucos foi consumindo sua paciência e sua saúde. Casada, mãe de uma filha — naquele período, adolescente —, ela saía de manhã cedinho e só retornava à casa, na melhor das hipóteses, por volta das 9h da noite. O pouco tempo que dispunha dedicava à filha. Mal dava para comer alguma coisa, logo adormecia. No dia seguinte, não se sentia recuperada. “Não conseguia fazer mais nada, de tão cansada”, recorda.

Os problemas de saúde não demoraram a aparecer. Aline conta que engordou muito neste período, o que se refletiu em sua capacidade respiratória. Diagnosticada com apneia do sono [distúrbio que provoca interrupções na respiração durante o sono], passou a depender de um aparelho que ventila de forma contínua as vias aéreas, chamado CPAP, para dormir.

Além disso, vivia indisposta, sem ânimo para fazer qualquer outra coisa em seu pouco tempo livre que não fosse dormir. Médicos, dentistas e exames eram frequentemente adiados; atividade física se resumia aos deslocamentos casa/trabalho; alimentação não era das melhores; pouco se divertia com os amigos, assistia à televisão quando dava — geralmente no horário de almoço ou entre uma consulta e outra: “Eu vivia desinformada”, resume.

VIRADA DE CHAVE

As coisas começaram a mudar com a pandemia de covid-19. Após um curto período de lockdown — bem menor do que recomendado para a época, conta ela, dada a procura

TRABALHAR
PARA VIVER
E NÃO
VIVER PARA
TRABALHAR.

#FIMDAESCALA6X1

dos clientes e a necessidade de fazer alguma renda — ela e seus colegas retornaram às atividades em um horário reduzido, com menos dias e jornadas mais curtas de trabalho. “Conseguimos provar ao patrão que o modelo dava certo, os clientes logo se adaptaram”, explica.

Mas o empregador ainda resistia às mudanças e impunha mais exigências. Aline começou a perceber que as imposições iam além do considerado aceitável numa relação trabalhista. “Eram muitas horas sob estresse”, relata, destacando que sofria represálias, como aplicação de descontos injustos, cancelamentos de folga de última hora, férias não gozadas, bem como impedimento de atender novos clientes.

Para completar, descobriu que, em muitos dos anos trabalhados, não foram depositados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as obrigações com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em 2022, entrou na Justiça. O acordo proposto, mesmo não sendo satisfatório, em sua opinião, permitiu que ela mudasse sua rotina.

Hoje, aos 43 anos, ela continua atendendo os clientes antigos que conseguiu fidelizar na clínica, recebendo exclusivamente o que produz — e que ainda assim equivale a apenas 36% do valor que é cobrado do cliente. “Ele [o patrão] também foi muito beneficiado com a mudança no esquema”, acredita, lembrando que grande parte do que ela ganha gasta em passagem e alimentação.

Mesmo ainda distante das condições “ideais” de trabalho, Aline se sente aliviada. “Hoje posso correr atrás”, justifica. Além dos dias que vai à antiga clínica, ela pode atender seus clientes em domicílio e se dedicar aos estudos. Depois da mudança, conseguiu concluir a graduação em Podologia na Universidade de Londrina (Unifil) e já colabora com um projeto que visa levar a saúde dos pés às unidades do SUS, em parceria com o Instituto Brasileiro de Podologia (Ibrap). “Com mais tempo para mim, tive a possibilidade de estudar e me desenvolver”, argumenta.

As mudanças também se refletem em sua vida pessoal. Hoje, trabalhando quatro dias na semana, consegue ter tempo para marcar eventuais médicos e dentistas, fazer atividades físicas, resolver coisas de casa, conviver com o marido e a filha e descansar. “A qualidade de vida não se compara. Os dias em casa são essenciais para eu cuidar da minha saúde e ter algum lazer”, relata. 



CAPOEIRA É SAÚDE

Prática que celebra herança ancestral africana ajuda a promover saúde mental e consciência coletiva

LUIZ FELIPE STEVANIM (“MINEIRO”)

“É da nossa cor”

O berimbau chama, soberano, com o som vibrante de sua corda, para o início da roda ritual. O atabaque e o pandeiro respondem, e os adolescentes se reúnem em círculo para a vadição. No linguajar afro-brasileiro, vadiar é um vocábulo de resistência: utilizado

ao longo dos séculos para chamar os negros de preguiçosos, vadios, pois a eles só cabia o trabalho, é hoje sinônimo de “brincar capoeira”, de forma leve e descompromissada.

A capoeira é assim: malandra, troca o sentido das palavras; conta a história do Brasil e da diáspora africana com poesia e ritmo; subverte as relações de dominação e preconceito, como quem inverte os pés pelas mãos; fala de coisas sérias brincando. “Quem faz capoeira resgata o inconsciente



Jogo, luta, dança, arte e cultura: roda da Escola Capoeira Cidadã no Dia da Consciência Negra (20/11), no Rio de Janeiro

coletivo da escravidão que está na cultura brasileira e começa a entender melhor a nossa história e a importância de termos uma postura antirracista”, diz mestre Curumim, nascido Valter Fernandes, 50 anos de vida e 37 de capoeira, diretor da Escola Capoeira Cidadã (ECC), em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

É o fim de uma manhã nublada de dezembro, último treino do ano na Escola Municipal Victor Hugo, no bairro do Anil, na Zona Oeste carioca. As aulas de capoeira são oferecidas como atividade extracurricular a mais de 30 adolescentes do ensino fundamental II, como parte de um projeto social mantido pela ECC há mais de 20 anos para estudantes de escolas públicas da região de Jacarepaguá. A professora Cravo, corda roxa, e a instrutora Canela, corda verde, irmãs gêmeas, organizam os alunos: em dupla, eles repetem os movimentos de meia lua de compasso e rasteira, entre erros e acertos.

Além do projeto em escolas públicas, mestre Curumim coordena um estudo, reconhecido como o primeiro do mundo, que busca medir os efeitos da capoeira no cérebro humano e no desenvolvimento cognitivo infantil, em seu pós-doutorado no Laboratório de Neurociência do Exercício, ligado ao Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). “É sempre um desafio quebrar as barreiras do saber popular para o saber acadêmico”, conta.

A pesquisa — que também foi tema de seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental, no mesmo instituto — já comprovou os benefícios da capoeira para a melhora da coordenação motora e das chamadas funções executivas, que são um conjunto de habilidades cognitivas que permitem controlar pensamentos, emoções e ações. Além dos resultados que a ciência pretende medir, a capoeira transforma vidas de uma forma que somente quem vive é capaz de entender, como ressalta Curumim: “A gente percebe uma melhora no comportamento das crianças e, além disso, uma melhora na autoestima, principalmente quando falamos de uma população de maioria preta e de escola pública” [Leia a entrevista completa com mestre Curumim em nosso site].

Nas rodas, há uma canção que diz: “*Tá no sangue / Na raça brasileira / O berimbau / É da nossa cor*”. Segundo o mestre, a capoeira ajuda a promover consciência e identidade. “A criança que chega começa a se identificar mais com sua cultura, a valorizar sua própria origem, e cada vez mais a se autodescrever como preto”.

Educador físico de formação, Curumim percebe que é comum crianças pretas e pardas terem dificuldade de assim se identificarem. “Isso está relacionado ao racismo estrutural:



RENATA SPINELLI

Roda da Escola Capoeira Cidadã ao ar livre [abaixo]; para a aluna Lavinia Rodrigues, conhecida como Moana [acima], capoeira é encontro com a ancestralidade; Mestre Curumim [ao lado] toca com suas alunas



RENATA SPINELLI

“ A pedagogia afrocentrada, que é a roda de capoeira, precisa ser trazida para a educação brasileira. ”

Mestre Curumim, RJ



a criança está imersa nessa cultura racista, mas quando ela pratica a capoeira e começa a entender a importância da raiz africana para a identidade brasileira, ela passa a perceber o valor da sua cultura”.

O atabaque ressoa na quadra da escola, acompanhando o toque de São Bento Grande no berimbau. A cantiga parece ecoar uma memória ancestral africana, unindo passado e presente: *“Não tenho navio negreiro pra me transportar/ Não tenho carro de ferro pra ‘mim’ manobrar”*. Ao ritmo das palmas, os jovens pedem licença para “comprar” o jogo e alternam acrobacias ousadas, como o beija-flor e o pião de mão, com golpes rodados, como armada, queixada e meia lua. *“Andei, andei, mas aqui cheguei / Pra jogar capoeira e vadiar com vocês”*, continuam os versos até o refrão, que aumenta o frenesi das palmas, dos golpes e do canto. O axé da roda. *“Como vai, como vai, como vai você?”*

“Esse quilombo é nosso”

Para entrar na roda, é preciso pedir licença. Agachar ao pé do berimbau, que comanda a orquestra, é um ato de respeito e reverência à ancestralidade — uma forma de recordar a memória de mestres, mestras e capoeiristas que vieram antes e ajudaram a construir uma história coletiva de resistência. A adolescente Lavínia Rodrigues, de 14 anos, conhecida pelo apelido de Moana, aluna do mestre Curumim na ECC, soube disso desde a primeira vez que pisou em uma roda.

“Quando jogo capoeira, ou toco atabaque, berimbau e pandeiro, eu me sinto levando adiante essa cultura ancestral que puseram na minha mão”, diz. Para ela, a capoeira possibilita um mergulho na história dos povos africanos no Brasil, com suas lutas, resistências e culturas diversas. “Quando ouvi sobre tudo isso, eu me senti parte dessa história. Isso despertou o querer saber mais, conhecer outras histórias de mestres, mestras e ancestrais africanos”, relata.

Corda crua e roxa na capoeira — graduação de crianças de 9 a adolescentes de 16 anos — e aluna da Escola Municipal Victor Hugo, ela ressalta que a capoeira foi fundamental para o seu autoconhecimento e identificação como pessoa negra. “Minha autoestima estava em um nível crítico. Assim que comecei na capoeira, senti um sentimento de identidade se formando, e junto com ela, o orgulho de ser negra”, relembra. O senso de coletividade é reforçado nas músicas, como naquela que lembra a história da preta-velha e líder quilombola Maria Conga: *“Maria Conga, esse quilombo é nosso/ Esse quilombo é meu, é seu, esse quilombo é nosso”*.

Moana conta que percebeu que várias coisas que fazia, pessoas negras faziam bem antes: “Descobri que não precisava fazer o que não cabia a mim só para tentar me encaixar no espaço branco, e que eu tinha meu próprio lugar como negra”. Habilidosa no toque do berimbau e de outros instrumentos, ela também despertou o interesse pelo desenho, onde retrata figuras de orixás e entidades. “Assim me sinto parte de mais um galho dessa raiz africana enorme. Ser feliz é nosso dever ancestral”, traduz seu sentimento.

A capoeira é uma manifestação cultural brasileira presente em todo o Brasil e em centenas de outros países. Suas origens remontam ao período da escravização e ao pós-abolição. Ela possui duas modalidades ou tradições mais conhecidas: a capoeira angola e a regional. Em 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) registrou duas práticas ligadas a essa arte como patrimônio cultural do Brasil: o ofício de mestres e mestras e a roda que reúne todos os seus elementos. Em 2014, a roda de capoeira foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Para o mestre Curumim, que participou do Grupo de Trabalho de Salvaguarda da Capoeira, pelo Iphan/RJ, a prática se manter, em si, já é um ato de resistência. Considerada crime após a abolição da escravidão, pelo Código Penal de 1890, a atividade era punida com a prisão de seus praticantes; somente na década de 1930, ela passa a ser, aos poucos, incorporada como símbolo nacional. Mas não de



LUÍZ FELIPE STEVANNINI

Aula de capoeira na Escola Municipal Víctor Hugo, em Jacarepaguá (RJ): projeto valoriza a capoeira como ferramenta pedagógica

forma simples. “O Estado tentou colocar a capoeira numa caixinha, transformá-la em ginástica nacional”, explica. Considerada crime pelo Código Penal de 1890, a atividade era punida com a prisão de seus praticantes; somente na década de 1930, ela passa a ser, aos poucos, incorporada como símbolo nacional. Mas não de forma simples.

“A capoeira é abraçada como símbolo de identidade, mas tentam tirar dela signos que têm mais a ver com a cultura africana e colocá-la somente como ginástica brasileira”, pontua o mestre. Nessa ginga, a capoeira dialoga, reinventa-se, resiste: “O que se manteve foi a capoeira como ritual, como cultura”. Os desafios para a salvaguarda e a manutenção de um saber popular que atravessa o tempo persistem ainda hoje: “Como ritual, jogo, luta, dança e cultura, quando ela é essa coletividade, ela realmente é capoeira”, ressalta Curumim.

“Quero ver dendê”

Olhos atentos de crianças e adolescentes observam os ensinamentos transmitidos durante a roda de conversa com o tema “Capoeira, saúde mental e inconsciente coletivo”, que ocorre durante o Festival Capoeira Cidadã, em novembro de 2024, o 29º evento de batizado e troca de corda promovido pelo mestre Curumim. “A capoeira é uma experiência terapêutica”, afirma contramestre Piloto.

Na capoeira, todo mundo tem um apelido pelo qual é conhecido. A garotada ali presente talvez não se dê conta de que Piloto é na verdade o neurocientista Sidarta Ribeiro, uma das figuras mais renomadas da ciência brasileira, pesquisador do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz, autor dos livros “O oráculo da noite” e “Sonho Manifesto”, entre outras obras — já entrevistado por *Radis* na edição 209 (fevereiro de 2020).

Ao converter “violência em poesia, morte em vida”, ele ressalta, a capoeira é transformadora.

“A capoeira tem um potencial, talvez maior do que qualquer outra arte, de nos curar”, declara. Ao reunir pessoas e promover acesso aos repertórios coletivos dos povos originários e diaspóricos, a roda é uma prática que promove saúde. “A capoeira é sucesso mundial, porque produz axé, produz energia”, acrescenta Sidarta. Axé é uma palavra de origem iorubá, comum nos terreiros de Candomblé e Umbanda, que designa força vital.

Para Sidarta, o potencial terapêutico da prática já é conhecido pela cultura popular, mas “a academia e a universidade não olham para os mestres da mesma forma”. “Os mestres de capoeira têm muita sabença. Uma pessoa que passou a vida inteira fazendo cultura popular é um baú cheio”, destaca. Contudo, ele se preocupa sobre como transmitir esses saberes à juventude, na “era dos smartphones”, em que crianças e adolescentes têm a atenção “disputada” pelas telas. “Será que a gente vai morrer na praia ao reavivar toda essa cultura popular e não ter para quem transmitir?”, questiona.

Segundo o neurocientista, coorientador de mestre Curumim no doutorado e hoje seu parceiro de pesquisa, a ciência e as universidades precisam dialogar com os saberes tradicionais. “Um mestre de capoeira é um PhD”, afirma. “Se tivesse um grupo de capoeira em cada escola, isso seria melhor para disciplinas como matemática e português”, completa Sidarta.

Na roda de conversa, está também o professor do Departamento de Educação Física e Desportos da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Minas Gerais, Renato Sobral Jr., que além de pesquisador, é instrutor da atividade. “Para a saúde mental, a capoeira é uma grande ferramenta. Não só pelo que oferece em relação ao movimento, mas pelo senso coletivo, que por si só é um fator protetor contra diversas doenças mentais”, explica.

Segundo ele, que possui doutorado em Neurociências pela Universidade Federal Fluminense (UFF), o pertencimento coletivo trazido pela roda previne contra transtornos como ansiedade e depressão.

Ele recorda um conceito criado por mestre Decanio, médico e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um dos discípulos de mestre Bimba (1900-1974), criador da capoeira regional: ao falar em “transe capoeirano”, ele se referia à habilidade de estar tão imerso na atividade que se adentra em uma espécie de outra dimensão, em conexão com a ancestralidade. “Quando estamos no ritmo, na energia, na roda, batendo palmas, prestando atenção no jogo, será que pensamos no boleto para pagar?”, indaga, com bom humor.

No jogo aberto entre capoeira e ciência, já se sabe que a prática estimula áreas do cérebro responsáveis por tomar decisões. “A capoeira é muito imprevisível, ela exige planejamento e controle inibitório. É um estímulo para o cérebro e nos deixa mais aptos a melhorar o nosso raciocínio”. Na roda, o jogo é feito por duas pessoas, e uma nunca sabe o movimento que a outra vai fazer: por isso a prática é chamada de “jogo de atenção”.

“Quando estamos jogando capoeira, nosso cérebro precisa tomar uma decisão rápida, fazer uma esquivada para escapar de um golpe. Isso ajuda a proteger áreas do cérebro responsáveis pela memória e pela razão”, constata Renato, acrescentando que a atividade pode auxiliar na prevenção, por exemplo, da doença de Alzheimer. Contudo, apesar dessas evidências, não se pode esquecer que ainda hoje ela sofre com discriminação. “A gente tem muitas barreiras para a inserção da capoeira como instrumento educacional formal, pelo preconceito por conta das raízes colonialistas em nosso país”, declara.

“Capoeira é antiga arte”

A capoeira tem um quê de “pedagogia das encruzilhadas”, como descreve o pedagogo Luiz Rufino, em seu livro de mesmo título (Editora Mórula). Segundo mestre Curumim, a prática pode ajudar o Brasil a se entender como país e as crianças a experimentarem um aprendizado que valorize saberes tradicionais. “A pedagogia afro-centrada, que é a roda de capoeira — onde há uma horizontalidade, pois dentro da roda todo mundo está olhando todo mundo, todo mundo está aprendendo com todo mundo —, precisa ser trazida para a educação brasileira”, destaca.

Levar a capoeira para as escolas não significa apenas abrir “novas portas” para a prática: como em um jogo de mão dupla, a educação e a ciência também têm muito a ganhar com os saberes da roda de capoeira, ressalta Curumim. “A gente tem uma educação hoje que carece de respostas sobre como diminuir as diferenças de desempenho acadêmico e de desenvolvimento, as chamadas iniquidades, que costumam dizer que são iniquidades de oportunidades para o desenvolvimento”, avalia.

“*Finge que vai, mas não vai / Bicho vem, eu me faço de morto*”. A malandragem cantada nos versos e praticada na roda, com a finta e a ginga, estimulam crianças e adolescentes a buscarem soluções inteligentes para problemas. Uma das

conclusões da pesquisa de Curumim indica que a capoeira melhora a chamada coordenação motora óculo-manual, que envolve a relação olho e mão, como fazer uma esquivada e se proteger de um golpe — e essas habilidades acabam tendo reflexos positivos no aprendizado dos alunos.

Outro benefício é aperfeiçoar as funções executivas: “Elas têm a ver com nossa habilidade de inibir impulsos e focar a nossa atenção num conteúdo específico e com a nossa capacidade de pensar fora da caixa e de repensar decisões, de acordo com as demandas ambientais”. Segundo o mestre e pesquisador, houve melhora nessas habilidades em crianças que mantiveram ao menos 70% de frequência nos treinos. O projeto social da ECC também recebe crianças e jovens com deficiência e transtornos como autismo e TDAH (transtorno do déficit de atenção com hiperatividade).

Curumim começou a capoeira aos 13 anos e conta que a primeira pessoa com quem teve contato disse que ele não levava nenhum jeito. Ele diz que abandonou a aula e só voltou a treinar quando conheceu o mestre Boneco [Beto Simas], que lhe ensinou que era preciso persistir. “A capoeira me permitiu o convívio com pessoas diferentes, de culturas e até países diferentes, pois ela hoje está no mundo todo”, ressalta. Segundo ele, essa competência socioemocional que a atividade traz auxilia nos relacionamentos humanos.

Quem entra na roda sabe que há um risco constante de levar uma cabeçada ou uma rasteira — por isso, costuma-se dizer que “a capoeira ensina a cair e a levantar”. “É um autocontrole constante. É algo que poderia machucar, mas está todo mundo brincando”, explica o mestre, ressaltando que o respeito pela integridade física do camarada de jogo também ensina para “a grande roda da vida”. “O jogo da capoeira mimetiza os relacionamentos humanos. Existe um diálogo, é como se fosse uma conversa”, ensina.

O aprendizado acontece em movimento, lembra Curumim, e essa é outra contribuição da arte para a educação. “Aprende-se em canto, em palmas, em ginga: estudar história, por exemplo, em uma música, contextualizando temas a partir do movimento”, pontua. Nomes da cultura negra e brasileira, muitos esquecidos pelos livros, como Zumbi dos Palmares, Dandara, Rainha Nzinga, Maria Felipa, Besouro de Mangangá, mestre Bimba e mestre Pastinha, são revividos nas canções.

O passado é lembrado, a ancestralidade exaltada e os erros servem de reflexão. “Os traumas da escravidão estão no inconsciente coletivo da capoeira. São cantados nas ladinhas [tipo de canção geralmente lenta e longa, que conta uma história], nas músicas, e de alguma forma a gente revive isso”, afirma o mestre. Como uma tradição que se baseia em um saber circular, esse aprendizado não fica apenas com o aluno. “Isso afeta positivamente não somente as crianças, mas a sua comunidade, as suas famílias, que também participam e estão envolvidas”.

“Acende o candeeiro, iaiá”

Na roda, há espaço para todas as pessoas: gente de todas as idades, classes sociais, etnias, orientações sexuais, de todos os cantos do mundo. Nas palavras de mestra Morena, nascida Maria Cristina Bahia de Almeida, coordenadora do



RENATA SPINELLI

“ A capoeira é um caminho muito forte de expansão da educação antirracista, não só para o povo brasileiro, mas no mundo todo. ”

**Mestra Morena,
Guaratinguetá (SP)**

Grupo Biriba Berimbau, em Guaratinguetá, no estado de São Paulo, a capoeira coloca as pessoas “ombro a ombro”, em pé de igualdade — por isso a roda desperta fascínio em outros povos fora do Brasil. “A visão circular nos remete à ancestralidade, a uma forma diferente de ver o mundo e de praticar a vida comunitária, com os elementos muito presentes nas culturas africanas e indígenas”, ressalta.

Ao longo de uma vida dedicada à capoeira, ela aprendeu a colocar em prática os saberes da roda e transformá-la em espaço de inclusão e diversidade. Desde 1996, quando se mudou para o interior de São Paulo, a carioca formada em jornalismo passou a atuar em um projeto que busca estimular a prática da capoeira por pessoas com deficiência, iniciativa pioneira de seu mestre e companheiro de vida, Ponciano Carlos Santos de Almeida, falecido há quase três anos.

Assim nasceu a capoeira inclusiva e adaptada, em um tempo em que ver uma pessoa com deficiência praticando a atividade era algo raro ou até impensável. “As pessoas com deficiência ficavam em suas casas, guardadas por suas famílias, algumas escondidas”, relembra. O projeto começou nos anos 1980, na APAE [Associação de Pais e Amigos], até que ela e Mestre Ponciano perceberam que os alunos com deficiência que treinavam junto com os demais, ditos “normais”, desenvolviam-se melhor. “Isso abriu um mundo novo para essas pessoas que viviam isoladas dentro de uma instituição, com objetivos educacionais e terapêuticos”, conta.

Segundo a mestra, o projeto ajudou a mudar a maneira como a comunidade de Guaratinguetá via as pessoas com deficiência, pois elas passaram a ser encontradas nas praças, apresentações e eventos culturais — afinal, tinham o direito de estar onde quisessem. “Esse trabalho nos ensinou que

aquelas pessoas que ficavam presas em casa podiam mostrar para seus familiares que elas percebiam mais do que os outros acreditavam”, relata.

A experiência, para ela, revela o potencial dessa arte em transformar mentalidades. “Quando se começa a praticar capoeira, ela permite que você inicie uma reflexão: primeiro, sobre você mesmo e suas práticas, o seu dia a dia, o seu entendimento sobre a vida, mas também nos faz refletir sobre as necessidades da liberdade, e isso vai nos remeter à nossa história no Brasil”, pontua.

O aprendizado da roda permite que as pessoas tanto possam se conhecer quanto entenderem melhor o seu entorno, reflete mestra Morena. “Percebemos a valorização do movimento circular, que faz as pessoas se verem, em que ninguém está atrás de ninguém, e que faz com que você sinta que aquilo que faz está dentro de um ritmo”, explica. Afinal, capoeira não é só a luta. “A luta está envolta num ambiente musical, com cantos e outras expressões, que o tempo inteiro estão trabalhando os nossos pensamentos, tanto que as pessoas chegam com muitos problemas e terminam a aula mais leves, despreocupadas”, comenta.

Em suas palavras, a capoeira trabalha com a saúde mental, “por nos colocar com o pé no chão ao mesmo tempo em que nos possibilita trabalhar a nossa mente”. “Fazemos um trabalho que nos liga à Terra e ao mesmo tempo nos equilibra com a extensão que cada ser humano pode alcançar através da sua mentalidade”, diz. Atualmente, ela iniciou um projeto para levar a prática da capoeira para uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Mestra Morena é gestora de projetos, produtora cultural e presidente do Instituto que leva o nome de Mestre



A capoeira oferece a crianças e adolescentes a oportunidade de se conectarem com a cultura afro-brasileira: na foto, alunos da ECC em apresentação teatral

Ponciano, seu companheiro de vida, além de cofundadora e vice-presidente do Instituto Baobá, formado por lideranças negras femininas, voltado para a valorização da cultura afro-brasileira na região de Guaratinguetá. Ela conta que, no passado, precisou enfrentar as resistências de uma prática que era predominantemente masculina. “Tive que insistir muito para que as pessoas aceitassem que aquela mulher iria entrar na roda mais vezes do que eles estavam acostumados”, recorda [Leia a entrevista completa com mestra Morena em nosso site].

Para ela, a capoeira é um caminho de promoção da educação antirracista, não só para o povo brasileiro, mas no mundo todo. “A educação antirracista vem para contribuir com a paz mundial”, aponta, ao ressaltar o seu potencial de conscientização e principalmente de mudança de hábitos.

Morena diz que, hoje, no lugar de inclusão, ela passou a falar em diversidade. “Como uma mulher preta, que tem uma formação universitária no campo do jornalismo, como comunicadora, eu vejo que para a gente alcançar a paz, a proteção do nosso globo terrestre, a diversidade se faz necessária”, pontua. Segundo ela, o resgate que as mulheres vêm fazendo de sua liberdade pode contribuir para pensar estratégias sobre o futuro do planeta. “A inclusão também é ambiental. É de novas práticas para que a gente possa manter a nossa floresta de pé e permitir às novas gerações terem ar para respirar no futuro”, defende.

Enraizada nos saberes dos povos indígenas e africanos, a capoeira pode contribuir com a busca de práticas que promovam o respeito à Mãe Terra, acredita a mestra. “Essa luta não é só minha, é da humanidade — e passa por se reconhecer e achar a sua liberdade. Quem é livre realmente?

O que é liberdade para você? Você se conhece? Sabe quem você é?”, questiona ela. “É um processo do ser humano que está sendo prensado pelo tempo para que possa reagir”, afirma.

Por isso, segundo ela, tal como na roda de capoeira, é preciso que todos participem. “Nós precisamos acordar todos os segmentos, com esse trabalho circular, deixando os nossos preconceitos, buscando estratégias para sermos rápidos e podermos salvar o nosso planeta”, conclui.

No jogo da capoeira, “dar volta ao mundo” é como se chama um movimento utilizado para pedir uma pausa, tomar um fôlego, enquanto se recalcula a estratégia. Os dois camaradas caminham em círculo, em volta da roda, atentos para não caírem na emboscada de um golpe ou queda surpresa. “*Aê, volta do mundo*”, diz o cantor. O coro responde: “*É ê, volta do mundo, camará*”. Ao som do berimbau, na malícia da ginga, na vibração das palmas, a roda representa o mundo — e o que vamos fazer com ele? Talvez a resposta esteja na vadição, nos saberes circulares, no jogo que rememora o passado, vive o presente e sonha com o futuro. “*Aruandê, camará!*”

PARA CONHECER E AJUDAR OS PROJETOS:

- **Escola Capoeira Cidadã**
<https://capoeiracidada.org.br/>
- **Instituto Mestre Ponciano (capoeira inclusiva e adaptada):**
<https://www.capoeirainclusivaeadaptada-institutomestreponciano.com/>

"O QUE POSSO TRAZER DA ENFERMAGEM PARA A LITERATURA É A ESCUTA"

Auxiliar de enfermagem, filha e neta de trabalhadoras domésticas, a escritora Lilia Guerra fala sobre direito à cidade, memória e literatura

LUIZA ZAUZA*

Uma cena rotineira no Fim-do-Mundo é ouro nas mãos da escritora Lilia Guerra. De um tumulto contra um assediador no ônibus lotado, começa a história de Maria Expedicionária, protagonista do romance *O céu para os bastardos* (Editora Todavia). “Não tenho competência para acusar. Júlio César agiu como o pior dos desalmados. E é como se o mundo inteiro soubesse disso ao olhar para mim”, narra essa mulher que, apesar de muitos apelidos — Sá Narinha, para a vizinhança do bairro; Mariinha, em sua terra natal; e Xispê, para o filho da patroa —, continua um mistério para sua autora.

“Eu olhava para ela e pensava que tinha alguma coisa a mais com essa mulher”, conta Lilia, que então a promoveu de coadjuvante — aparecendo pela primeira vez em um conto do livro *Rua do Larguinho*, lançado em 2021 — para narradora principal das histórias, tragédias e fuxicos do bairro fictício Fim-do-Mundo. Uma personagem complexa que sonha em largar o trabalho de empregada doméstica e vive tomada pela culpa e pelo desgosto com o filho, Sá Narinha é uma observadora arguta — assim como Lilia.

É das experiências que vivencia desde criança no Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes, na periferia da cidade de São Paulo, dos comentários preconceituosos que escutou na companhia de sua mãe e avó nos serviços nas “casas de família” e

das histórias que acompanha hoje na rotina como auxiliar de enfermagem do SUS, que Lilia constrói seu universo literário. A vontade de realizar um desejo materno antigo resultou em seu primeiro livro, *Amor Avenida* (2014), no qual registra a história de sua mãe e seu pai, uma relação extraconjugal entre patrão e empregada que dividiam quase 50 anos de diferença em idade — ela, 16 anos; ele, 60.

Já acostumada a habitar suas crônicas e contos com uma profusão de personagens, seus romances não seriam diferentes. Sá Narinha é acompanhada por gerações de famílias do bairro, viúvas, irmãos, filhos únicos, primos, mães solteiras e donas de casa; ambulantes, babás, contadores, professoras, manicures, entregadores, feirantes e ladrões. “Na minha opinião, os personagens chegam às pessoas mais facilmente do que eu”, afirma a escritora também de *Perifobia* (2018), livro de contos finalista do Prêmio Rio de Literatura em 2019, *Crônicas para colorir a cidade* (2022) e *Novelas que escrevi para o rádio Vol. 1, 2 e 3* (2022).

Numa conversa descontraída, gentilmente concedida no seu dia de folga, Lilia Guerra se debruçou sobre suas inspirações literárias e falou sobre a ligação entre seu trabalho na rede pública de saúde e a literatura e quais os próximos passos de sua escrita — com sua obra ainda em preparação, Cavaco do Ofício, ela foi uma das selecionadas do Prêmio Carolina

COLABORAÇÃO ESPECIAL PARA RADIS

“ Sou preta, periférica, uso transporte público e tudo isso diminui a minha expectativa de vida. Vai que eu morro e não falei de tudo que eu queria falar? ”



Maria de Jesus de Literatura Produzida por Mulheres 2023, do Ministério da Cultura (MinC).

Uma coincidência entre ambas — Carolina de Jesus e Lilia Guerra — não nasce nessa ocasião. Para qualquer malcriação ou descrédito, Lilia já sabe: “como Carolina Maria de Jesus falava para as pessoas lá no Canindé, ‘vou te colocar no meu livro, se você não se comportar’”.

Como a literatura entrou na sua vida?

Sou uma mulher de 48 anos, tenho duas filhas, sou casada há 33 anos. Moro num bairro periférico de São Paulo, um Conjunto Habitacional (Cohab) chamado Cidade Tiradentes, lugar para onde vim com dez anos de idade na época em que os aluguéis da região central de São Paulo começaram a ficar impossíveis de pagar. Hoje vejo que era [um processo de] higienização no Centro e nos bairros considerados mais nobres. Fomos banidos para os arredores da cidade. Mas, falando de literatura, fui educada primordialmente por mulheres. Morávamos eu, minha mãe, minha avó e eventualmente minha tia nesse bairro, que era bem estruturado, e tinha uma biblioteca. Quando vim para o conjunto habitacional, encontrei uma escola ainda em construção. Não tinha uma sala de leitura. Apesar de semi alfabetizada, minha mãe me incentivou a ler desde muito cedo, e me matriculou na biblioteca quando eu tinha seis anos, até porque era um espaço gratuito. Ela me fez acreditar, e era verdade, que a biblioteca era um espaço importantíssimo. Mas a minha história com a literatura começa muito tempo depois, quando comecei a ter informações sobre o meu pai. Não fui criada nem registrada por ele. Então quando minha mãe começou a me falar sobre ele, percebi que ela queria contar essa história que tinha vivido. Era muito importante para ela. Assim começou o meu contato com a literatura e a escrita. Esse resgate de memórias resultou no meu primeiro livro, o Amor Avenida.

A narrativa de O céu para os bastardos aborda dificuldades cotidianas vivenciadas nas periferias de forma tão

tão minuciosa e detalhista que fica difícil não perguntar o quanto existe de familiar para você naqueles casos e diálogos. De onde você partiu para escrever o livro?

É familiar. Sou servidora pública e costumo dizer que o serviço público entrou na minha vida assim que comecei a transitar pelos bairros do Cohab. Nós víamos a necessidade das pessoas. As mães precisavam sair muito cedo para trabalhar, os filhos precisavam ir para creche — quando havia. Tudo isso ficou na minha memória. Algo que costumo dizer e a [personagem] Sá Narinha também fala no livro é que resolver as coisas que tem conserto ou aquilo que dá para ser resolvido é tudo que queremos. Nós conversávamos muito sobre esses caminhos possíveis na região. Nós não sabíamos para quem falar, então conversávamos e sonhávamos com as resoluções. Sempre que eu pude, coloquei essas falas com a Sá Narinha e a vizinhança. Na minha opinião, os personagens chegam às pessoas mais facilmente do que eu. As pessoas prestam mais atenção no que diz a Sá Narinha do que se eu fizesse, por exemplo, um post sobre o quanto está difícil a situação dos ônibus. Eu sou mais uma, não [acontece] só comigo. Além disso, esse não é um assunto recorrente nos livros. Pelo menos, eu lia muitos livros e não via os personagens vivendo esse tipo de aflições e conflitos diários.

Em uma das passagens do livro, um assediador é expulso do ônibus, o que acarreta uma troca de experiências entre os passageiros sobre o direito à cidade. O que podemos aprender com esses personagens?

Não sei se a palavra seria aprender, mas talvez refletir. Porque me interessa muito saber se os leitores que estão sendo alcançados já viveram essas situações. Porque, na verdade, o pessoal aqui do entorno, que vive dentro do ônibus lotado e nas filas, não é o [meu] maior público, não são as pessoas que mais me leem ou leem os livros que existem por aí que falam desses assuntos. Eu não alcanço tanto esse público, eu tenho essa noção. Eu me interesso em saber se é uma história em que a pessoa imagina ou para pra pensar, porque

já li comentários de que não é bem assim, não pode ser desse jeito. Teve um dia em que participei de um podcast e falei que, aqui no conjunto habitacional, podem morar duas ou dez pessoas dentro de um apartamento. Por isso, em dias quentes, as pessoas ficam na rua, porque é muita gente para ficar dentro de casa. Para quem não conhece ou nunca parou para pensar, soa inverossímil mesmo. Escrevo pensando em fazer com que reflitam e procurem imaginar que isso acontece aqui nas beiradas da cidade. Acredito que todos os bairros da cidade têm seus problemas, de trânsito, de circulação, de criminalidade. Mas existem coisas que comento com determinadas pessoas e percebo que elas nunca pararam para pensar nisso, não é algo que faz parte da realidade delas, mesmo morando na mesma cidade.



“ Eu vivia com a minha avó; minha mãe trabalhava nesse regime de dormir no emprego e voltar para casa nas folgas semanais. ”

Além de escritora, você trabalha como auxiliar de enfermagem. Como o seu trabalho inspira a sua literaturae vice-versa?

O que posso trazer da enfermagem para a literatura é a escuta. Todo cuidado começa pela escuta e pela observação, ao procurar entender as necessidades das pessoas. Como servidora pública, estou ao lado para saber como vamos resolver tal problema e para que a pessoa saia com uma resposta. Trago muito isso para a literatura: ouvir, refletir e observar. O que posso levar da literatura para o trabalho é a mesma coisa. Muitas vezes converso com as pessoas que eu atendo. Fala-se que o brasileiro não lê muito, mais ainda nos bairros periféricos. Quando eu converso com as pessoas, eu às vezes pergunto: você é sócio de alguma biblioteca? Você lê ou tem lido? E trago muito das experiências para a literatura. É impossível não trazer. Ouvir, olhar, me inspirar e falar ‘acho que isso dava um conto ou uma crônica’, ‘vou fazer uma anotação rápida aqui para me lembrar’.

Qual o maior mérito de O céu para os bastardos?

Quero muito que, no futuro, não seja mais uma rotina essas questões e problemas que a Sá Narinha e os personagens trazem. Para quem fala muito que a literatura não pode ser panfletária, é um enfrentamento. Venho de uma posição tão marginalizada que, para mim, também não tem problema se o livro ficar à margem dessas discussões críticas. Quem quiser achar que é panfletário e literatura de menor importância, para mim está tudo certo. O que importa é que fique registrado.

Como você quer que seus personagens sejam lembrados?

Ontem a Sá Narinha não era protagonista, e hoje ela é, mas ela pode voltar a transitar numa outra posição em outro livro. Gosto muito de deixar isso claro naquilo que eu escrevo: não somos protagonistas sempre. Trabalho mais com o estar do que com o ser. Hoje ela ‘está’ como protagonista. Ontem ela ‘estava’ em Rua do Larguinho. Eu gostaria que os meus personagens fossem lembrados assim: por viver em diversas situações. Hoje estarem como suporte e apoio para uma história. Amanhã a história central é a deles. Acho que isso é muito comunitário. Isso é muito do que eu vivo aqui.

Por que você escreve?

Costumo dizer que eu me comunico melhor escrevendo do que falando. A oralidade e o verbal me encantam muito. Acho que eu sou meio devagar nas respostas e para pensar também. Trago isso da infância, porque a minha avó, assim como a minha mãe e a minha tia, eram trabalhadoras domésticas. Também fui durante um tempo da minha vida, antes de ser auxiliar de enfermagem. Uma característica do trabalhador doméstico é o silêncio. Quando eu era criança, era muito comum que as empregadas domésticas levassem os filhos, porque não existiam creches naquela época. São coisas que eu até gostaria de conversar com a minha avó. Hoje ela não está mais aqui, mas ela falava para mim: ‘Eu tinha uma patroa muito boa! Ela me permitia levar você comigo.’ Eu queria falar para ela que [a patroa] pagava tão pouco que ela não teria condições de pagar uma creche. Não era tanto bondade, era necessidade mesmo.

“Escrevo pensando em fazer com que reflitam e procurem imaginar que isso acontece aqui nas beiradas da cidade.”

E como essa realidade de sua avó, empregada doméstica, influenciou sua escrita?

Eu me lembro muito que antes da gente entrar [na casa da patroa], eu e minha avó iam no caminho conversando muito. Quando eu aprendi a ler, eu lia as coisas para ela, as placas das ruas, os cartazes, o que estava escrito nos muros, ela tinha muita curiosidade de saber. Ela ficou assombrada quando comecei a ler. Eu andava com ela para quase todos os lugares e, sem deixar transparecer demais aquela curiosidade, ela perguntava: ‘O que está escrito ali?’ Às vezes era uma pichação num muro, e eu ficava pensando que ela deve ter passado 20 ou 30 anos por aquele muro querendo saber o que estava escrito. Mas quando chegávamos nas casas [dos patrões], ela falava: ‘ó, quieta, hein! Silêncio, não fala nada’. Eu quase sempre precisava ficar em silêncio, até mesmo em casa nós falávamos com muito cuidado. Minha avó costumava falar que matos têm olhos e paredes têm ouvidos. Morávamos sempre em casas muito frágeis em que alguém podia chegar na porta e ouvir uma conversa. Cresci habituada com esse falar pouco, baixo e com cuidado. Quando eu comecei a escrever, pensei: agora eu consigo me comunicar melhor.

Quem são os bastardos do título do livro?

Eu não tive contato com meu pai. Tive somente nos primeiros três anos de vida, com visitas. Sou fruto de uma relação extra-conjugal. Meu pai era um homem casado. Quando nasci, meu pai tinha 60 anos e minha mãe, 16. Era uma relação patrão e empregada. Demorei a perceber que eu não tinha essa figura masculina e paterna. Não percebia até alguém começar a perguntar para mim: ‘E seu pai?’. Isso acontece mais quando começamos a frequentar a escola. Eu tinha um registro com aquele campo vazio em filiação. Mas a minha família, todas de mulheres que não eram casadas, tinha uma preocupação muito grande com a religião. Aquela crença de que a criança que não é batizada, é uma criança pagã: se morresse sem ser batizada, ela não vai para o céu. Lembro da minha mãe contando quando procurou a igreja para falar sobre o meu batismo, ela descobriu que não poderia me batizar porque não era casada. Ficava, então, aquela preocupação de que o céu não era para os bastardos.

Quais são as suas inspirações artísticas?

As minhas inspirações são muito mais musicais do que literárias. Hoje, por coincidência, estou usando uma camiseta da Clara Nunes, é a capa do álbum Nação, que eu gosto muito. Tenho as minhas inspirações literárias, obviamente. Só que eu não frequentei a academia e a faculdade, sou aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA) — tive que fazer uma pausa grande nos meus estudos entre o ginásio e o colegial. Então, não tinha muito contato com professores que poderiam me indicar livros. Tenho autoras e autores que gosto muito, mas meus primeiros livros foram os discos. Até porque eu vivia com a minha avó; minha mãe trabalhava nesse regime de dormir no emprego e voltar para casa nas folgas semanais. A minha avó não sabia ler, então ela investia muito em música. Ouvíamos o rádio loucamente, o tempo todo. Minha avó ouvia muito samba. Tenho nitidamente na memória o dia que foi noticiado o falecimento da Clara Nunes na TV [em 1983]. A nossa casa foi recoberta por um luto carregado de muitos dias. Era como se ela fosse da nossa família. Sou apaixonada pela Dona Ivone Lara, que foi profissional da enfermagem, depois fez serviço social, além de intérprete, compositora, e foi escritora também. Música para mim é matéria-prima.

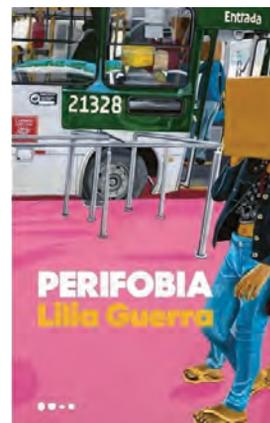
Você já declarou que não sabe quantos livros vai conseguir escrever e, por isso, insere o máximo literatura?

Eu levo isso muito a sério. Falo sempre que sou preta, periférica, uso transporte público e tudo isso diminui a minha expectativa de vida. Vai que eu morro e não falei de tudo que eu queria falar? Então vou falar agora. Eu participei do Prêmio Carolina Maria de Jesus, em 2023, com um livro de contos chamado Cavaco de Ofício, que foi contemplado. Estou trabalhando nele agora. Sigo escrevendo sempre que posso. Muitos projetos iniciados também. Tenho um especificamente para crianças e adolescentes, de literatura infantojuvenil. Gosto muito de conversar com esse público. Visito muitas escolas, sempre recebo convites e faço questão de ir. Como Carolina Maria de Jesus falava para as pessoas lá no Canindé, ‘vou te colocar no meu livro se você não se comportar’.



O céu para os bastardos
— Lilia Guerra
Editora Todavia

Perifobia — Lilia Guerra
Editora Todavia



FINITUDE E AMOR

Para Morrer Como Um Passarinho é um livro de crônicas que aborda, com delicadeza, o tema do paliativismo pelo olhar de um estudante de medicina que acompanha histórias de pessoas que convivem com a proximidade do fim. O autor é o mineiro Daniel Dornelas, que se inspirou na vivência de seu irmão gêmeo Davi, que viveu por 22 anos com uma síndrome rara. “Não é sobre cura. É sobre dignidade. Escrever histórias paliativas é uma forma de alerta sobre a finitude e provar que o amor transcende a qualquer diagnóstico.” A obra, publicada pela Oficina Raquel, aborda também o cotidiano do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), voltado para o atendimento de saúde em casa, no SUS, geralmente para pessoas idosas ou que precisam de cuidados paliativos. Mais do que um livro sobre morte, é um convite para refletir sobre vida, luto, amor e solidariedade.



DIVULGAÇÃO / EDITORA OFICINA RAQUEL



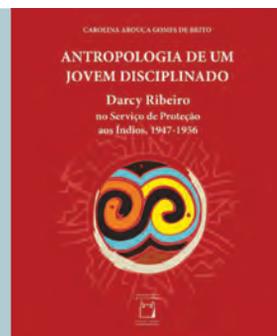
DIVULGAÇÃO / EDITORA HUCITEC

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE

Como pensar o campo do conhecimento que se convencionou chamar de direitos humanos e saúde? Para responder essa questão, o Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (DIHS/Ensp/Fiocruz) lançou o livro Direitos Humanos e Saúde: Refletindo sobre as dores e esperanças. A obra, publicada pela Hucitec Editora, foi lançada durante o XI Seminário Internacional de Direitos Humanos e Saúde e o XV Seminário Nacional de Direitos Humanos e Saúde, em novembro de 2024. Organizada pelos pesquisadores da Fiocruz Maria Helena Barros de Oliveira, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Marcos Besserman Vianna, a coletânea reúne 21 textos em capítulos temáticos e pode ser acessada gratuitamente. Confira em <https://bit.ly/livrodhesaudefiocruz>.

DARCY RIBEIRO E OS INDÍGENAS

A trajetória de Darcy Ribeiro (1922-1997), um dos mais importantes intelectuais brasileiros, é revisitada na obra Antropologia de um Jovem Disciplinado: Darcy Ribeiro no Serviço de Proteção aos Índios, que destaca o período entre 1947 e 1956, quando ele esteve envolvido com a agência governamental encarregada das políticas indígenas da época, o SPI. O livro da historiadora Carolina Arouca Gomes de Brito, pela Editora Fiocruz, destaca o percurso deste antropólogo inquieto, sua relação com Berta Gleiser e suas contribuições inovadoras para a assistência aos indígenas brasileiros na década de 1950.



DIVULGAÇÃO / EDITORA FIOCRUZ



IDEIASUS

MAPA DO SUS

A Plataforma Colaborativa IdeiaSUS Fiocruz, espaço virtual que concentra diferentes experiências desenvolvidas por unidades e trabalhadores do Sistema Único de Saúde, aprimorou seu mecanismo de buscas com o desenvolvimento do Mapa de Boas Ideias e Soluções do SUS. A ferramenta promove uma busca interativa e de fácil localização e acesso das experiências publicadas em seu banco de práticas. O mapa traz relatos de experiências, soluções e inovações realizadas em unidades de saúde e instituições da sociedade civil em 920 municípios brasileiros. Das mais de 3,2 mil práticas publicadas na plataforma, cerca de 1,2 mil já estão incluídas na nova ferramenta. As demais serão incorporadas, gradativamente, mediante atualização das informações pelos seus autores. Confira a novidade em: www.ideiasus.fiocruz.br.

Direitos da comunidade LGBTI+ na era Trump

CLÁUDIO NASCIMENTO*

Quando pensamos que o arsenal de maldades de Trump se esvaziou, logo nos deparamos com uma nova ação. O presidente dos EUA afirmou (30/1) que a culpa pelo último acidente aéreo que matou mais de 60 pessoas, em Washington, foi das políticas de diversidade, equidade e inclusão do Governo e da FFA, agência de aviação dos EUA, sem sequer esperar o fim da investigação.

É uma covardia enorme imputar o acidente às políticas afirmativas. Ao contrário do que Trump afirmou, estudos comprovam que a diversidade e a inclusão nas empresas e instituições não só contribuem para a reparação histórica de segmentos discriminados, como na construção de repertório qualificado e plural, gerando mais produtividade.

O empresário Trump sabe disso. Mas o político republicano, no afã de se manter como um dos maiores líderes da extrema-direita fascista, alimenta suas bases com fake news e as convoca para a guerra moral e uma onda de ódio contra segmentos discriminados.

O governo Trump, desde que tomou posse, vem atacando imigrantes, violando direitos humanos básicos em deportações; povos indígenas nativos; a igualdade de gênero, tirando mulheres de posições de poder no governo; a soberania de países e a comunidade LGBTI+, especialmente pessoas trans, que nos últimos anos conquistaram direitos nos EUA para o reconhecimento de sua identidade de gênero, base fundamental para o respeito, a dignidade e a cidadania de mulheres travestis e transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e também pessoas intersexo.

Desde que tomou posse (20/1), a animosidade de Trump contra as pessoas trans vem sendo traduzida em atos da Casa Branca que vão desde o fim de programas de diversidade, equidade e inclusão em todo o governo; a limitação do reconhecimento governamental do gênero de uma pessoa ao sexo de nascimento, excluindo pessoas trans, intersexo e não binárias, exemplo: passaportes e outros documentos de identificação só poderão considerar o sexo biológico; a proibição de trans servirem as Forças Armadas, colocando 15 mil pessoas trans militares numa situação de maior vulnerabilidade.

Segundo a ONG GLAAD, Trump, na contramão do seu discurso de liberdade de expressão, instaurou a censura na comunicação oficial e nos sites federais, removendo as palavras gay, lésbica, bissexual, LGBTQI, HIV, orientação sexual e transgênero. Outra meta dele é impedir que mulheres trans possam participar de competições esportivas femininas, indo contra diversos estudos.

A perversidade também se voltou para as políticas de apoio aos países pobres na luta contra o HIV/aids, ameaçando, com cortes de recursos, o programa global da Organização Mundial da Saúde (OMS) de apoio à África e à América Latina.

Trump deixa muito explícito que é inimigo dos direitos humanos, da diversidade, das minorias sociais e políticas. Instala-se na Casa Branca uma camarilha, que terá no ódio e na perseguição seus combustíveis para perpetuar uma cultura fascista.

Estadunidenses começam a se mobilizar. Os povos indígenas

foram, com seus cavalos, à Time Square e outras cidades (1/2) para protestar contra os discursos de ódio e racismo de Trump. Apple e Delta Airlines, entre outras empresas, orientaram seus acionistas a continuarem com suas políticas de diversidade, na contramão de empresas alinhadas a Trump, como Amazon, Meta, McDonald's, Boeing e Walmart, que vêm sendo alvo de boicote de negros.

Somente com mobilização doméstica e internacional, o povo dos EUA poderá frear estes delírios fascistas e racistas, como já ocorreu em outros momentos históricos. Os países ricos não podem fingir que nada acontece. O respeito aos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, aos direitos indígenas, de pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTI+ deve ser parte das condicionalidades em acordos comerciais e de cooperação com os EUA. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) precisam sair do ostracismo burocrático e das declarações figurativas, impondo sanções efetivas.

Nós, latinos e africanos, precisamos nos solidarizar com os povos discriminados nos EUA e ficarmos atentos a estes movimentos extremistas. Precisaremos de muita união e mobilização em favor dos direitos humanos, diversidade, equidade e a soberania de nossos países, mas, para isso, devemos também cobrar de nossos governos que façam o seu dever de casa. 

“ Trump deixa muito explícito que é inimigo dos direitos humanos, da diversidade, das minorias sociais e políticas. ”

■ FILÓSOFO, PRESIDENTE DO GRUPO ARCO-ÍRIS DE CIDADANIA LGBTI+ E DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ALIANÇA NACIONAL LGBTI+

Publique sua
experiência de saúde no **SUS**
e junte-se a mais de
3 mil práticas de todo o Brasil

Assistência Farmacêutica
Atenção Primária à Saúde
Atenção Especializada e Hospitalar
Direitos Humanos e Equidade em Saúde
Educação, Informação e Comunicação em Saúde
Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde
Participação e Controle Social
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
Promoção da Saúde
Saúde, Ambiente e Sustentabilidade
Saúde Mental e Atenção Psicossocial
Vigilância em Saúde
Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente



PLATAFORMA COLABORATIVA
IdeiaSUS

<https://ideiasus.fiocruz.br>

